3. A dimensão sociofamiliar

um homem sem família, um homem só

Sarah Escorel

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ESCOREL, S. A dimensão sociofamiliar: um homem sem família, um homem só. In: *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999, pp. 103-168. ISBN: 978-85-7541-605-1. Available from: doi: [10.7476/9788575416051.0005](https://doi.org/10.7476/9788575416051.0005). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/rbtvb/pdf/escorel-9788575416051.pdf>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A DIMENSÃO SOCIOFAMILIAR: um homem sem família, um homem só

*All the lonely people, where do they all come from?
All the lonely people, where do they all belong?
(Eleanor Rigby, Lennon & McCartney)*

Quem são os que moram nas ruas da cidade? Levantamentos institucionais, pesquisas, notícias de jornais e a simples observação cotidiana permitem evidenciar que a população de rua está constituída, em sua maioria, por homens sós. A vida solitária nas ruas indica a existência de algum distanciamento, ou até um rompimento com o grupo familiar. O afastamento da família, elemento fundamental de apoio material, de solidariedades e de referência no cotidiano, permite uma primeira e basilar configuração da população de rua: é um grupo social que apresenta vulnerabilidades nos vínculos familiares e comunitários (eixo sociofamiliar).

Em Porto Alegre, 30% da população de rua atribuíram sua situação aos problemas de relacionamento familiar. Nessa pesquisa os conflitos foram mencionados nas relações com praticamente todos os integrantes da família: pais, irmãos, padrasto, madrasta, companheiro(a). O segundo motivo mais alegado, pela mesma população, foi o alcoolismo ou o vício em drogas com 22,5% de referências. Quando perguntados sobre o motivo que os levou a beber, 25,2% indicaram “problemas com a família” e 7,5% por “influência da própria família”, ou seja, pai e/ou mãe alcoólatras (PUC/RS, 1995).

Os depoimentos nem sempre são claros em relação à(s) causa(s) dos antagonismos familiares, mas quando a família é enunciada como motivo para ter passado a residir nas ruas, em geral, encontram-se associados o alcoolismo e o consumo de drogas, a violência doméstica, conflitos de valores entre pais e filhos ou entre irmãos, e incapacidades físicas mas, sobretudo, doenças mentais.

O alcoolismo e o vício em drogas interferem na unidade familiar tanto pelos conflitos que provocam, sejam estes violentos ou não, quanto pelo desequilíbrio do orçamento doméstico que o consumo compulsivo tende a produzir. A desagregação (ou não) daí oriunda depende dos limites de tolerância afetiva e de vulnerabilidade econômica que a unidade familiar pode suportar. No caso de famílias situadas no limiar entre a pobreza e a miséria, o vício do provedor principal pode significar a desintegração da estrutura familiar. O depoimento de Raimundo, 26 anos, vigia de obra, sintetiza: “Nem farra, nem forró. O pai de família, ele num pode no final de semana se divertir com mulher, porque se ele for se divertir ele tem que largar a família dele, o dinheiro num sobra pra se divertir” (Sousa, 1994).

O pai de Luiz Augusto morreu atropelado quando ele tinha nove anos, ao atravessar embriagado a Via Dutra na frente do Ponto 13. O médico dissera que se ele não estivesse alcoolizado teria sobrevivido. Luiz Augusto também bebe e este é o motivo que o levou a sair da casa da irmã mais velha, sua maior referência afetiva. A primeira vez que saiu e ficou um ano sem aparecer, foi depois de uma bebedeira. Ela “ficou naquele fala, fala” e ele se foi com a roupa do corpo. Casou com Célia e durante quase um ano moraram juntos em Jacarepaguá, mas o relacionamento acabou por causa da bebida: “ela sofria na minha mão, coitada, não merecia, era boa pessoa”. Luiz Augusto acha ruim que os familiares falem tanto e o critiquem por beber em demasia: “cada um tem seus direitos”. Além do mais, ele alega que “não perturbava, chegava, nem comia, ia dormir”. A irmã diz que vai interná-lo: “ela pensa que desse jeito vou recuperar”.⁷³

Henrique é pernambucano mas tem casa em Nilópolis. Conta que foi expulso de casa devido ao alcoolismo.⁷⁴ Quando pergunto a Marcelo por que passou a morar na rua ele responde que foi devido à bebida, mas que agora está parando. Diz que foram as “más companhias”, que ficou “andando com esse pessoal que bebe...”. Conta que não vai mais para a casa da mãe porque já criou muita confusão, arrancou mais de três interfones, derrubou televisão e quebrou um montão de coisas; fica irritado.⁷⁵ O consumo de drogas também apareceu como motivo de distanciamento da família, ainda que em frequência menor do que a do alcoolismo, possivelmente pela faixa etária mais adulta dos entrevistados.

A violência doméstica é referida como motivo para sair de casa principalmente por crianças, adolescentes e mulheres. Rodrigo, menino de 13 anos, me disse que foi morar na rua porque a mãe e a avó batiam muito nele.⁷⁶ Outro

⁷³ Diário de campo, Botafogo, quinta-feira, 20/3/97.

⁷⁴ Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 16/4/97.

⁷⁵ Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 21/4/97.

⁷⁶ Diário de campo, Comunidade Evangélica de Jesus, domingo, 3/12/95.

menino, também chamado Rodrigo, contou que fugiu de casa a primeira vez porque perdeu a chave da tia e ficou com medo de apanhar.⁷⁷ Solange, que morava com sua 'família extensa' sob as marquises dos pontos de ônibus na rua Nelson Mandela, em Botafogo, apresentava sinais de queimadura pelo corpo todo e tinha a mão direita inteiramente deformada. Ela disse que foi o pai do seu filho Gilson, atualmente com vinte anos, que a queimara quando este ainda era pequeno.⁷⁸ Vanda fugiu de casa porque a mãe batia muito nela. Tentei saber mais, mas ela apenas repete que apanhava e que era muito, muito mesmo.⁷⁹ Márcia, a quem encontrei junto com Vanda integrando um grupo que permanecia sob os coqueiros da praia de Copacabana, relatou-me que o pai batia muito na mãe. Perguntei se o pai bebia e ela me disse que não, que "ele era ruim mesmo".⁸⁰

No âmbito da violência doméstica destacam-se o abuso e a violência sexual contra as meninas. Nesse sentido registram-se, além de pesquisas específicas sobre o assunto,⁸¹ o depoimento de uma educadora que declara que a comprovação pode ser feita no Cerim, em que todas as meninas, sem exceção, saíram de casa por violência sexual (Silva & Milito, 1995).

Conflitos de valores entre pais e filhos emergem com a gravidez de filhas, homossexualismo dos filhos e, mesmo, antagonismos de ordem religiosa. Beatriz, que veio do Rio Grande do Sul, brigara com a mãe porque tinha ficado grávida aos 18 anos, mas o filho ficara lá, com a mãe. Aqui no Rio teve um outro filho, mas dera-o para uma moça, em Copacabana, "de papel passado".⁸² Márcia diz que engravidou aos 13 anos e o pai a expulsou de casa.⁸³ O homossexualismo é referido como motivo de desentendimentos e diminuição de contatos familiares (Simões Jr., 1992; Silva & Milito, 1995). Cícero refutava que seu homossexualismo assumido tivesse sido o motivo que o levava a sair de casa em João Pessoa, mas relatava: "só tive problema nesse caso aí que você falou, só com uma pessoa, com meu padrasto, eu tive sérios problemas com ele, ele achava isso aí horrível".⁸⁴

Outras ordens de divergência envolvem conflitos de valores intergeracionais como 'autonomia' e 'liberdade'. André, catador da rua Sorocaba, em Botafogo, me contou que o pai queria que ele trabalhasse gratuitamente na sua oficina. O

⁷⁷ Diário de campo, Botafogo, domingo, 2/3/97.

⁷⁸ Diário de campo, Botafogo, domingo, 2/3/97.

⁷⁹ Diário de campo, Copacabana, sábado, 19/4/97.

⁸⁰ Diário de campo, Copacabana, sábado, 19/4/97.

⁸¹ Ver Soares, Luiz Eduardo et al. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Iser/ Relume Dumará, 1996; Gomes, Romeu. *O corpo na rua e o corpo da rua: a prostituição infantil feminina em questão*. São Paulo, Unimarco Ed., 1996.

⁸² Diário de campo, Comunidade Evangélica de Jesus, domingo, 12/11/95.

⁸³ Diário de campo, Copacabana, sábado, 19/4/97.

⁸⁴ Diário de campo, Copacabana, quinta-feira, 17/4/97.

pai dava roupa e o material para a escola, mas quando André pedia dinheiro para ir ao cinema ou para se divertir com os amigos, ele não dava. Este teria sido o motivo que o levava a sair de casa.⁸⁵ Miguel, que é peruano, de Lima, conta que tem família no Brasil, em Piracicaba, interior de São Paulo. Um tio seu, peruano, casado com uma brasileira, mora lá e possui uma confecção de bolsas, mochilas e *pochettes*, que vende para o interior do estado. Miguel trabalhou com o tio mas não se dava bem com a tia brasileira. Segundo Miguel, a tia implicava com ele.⁸⁶ Quando lhe perguntei sobre o motivo que o levava a morar na rua, ele não titubeou:

o meu caso foi minha família, porque eu nunca me entendi bem com minha tia. Se fosse por meu tio tava numa boa até agora, mas foi a mulher dele que começou a envenenar a cabeça dele, aí tive que sair, ela fez um monte de fofoca, eu falei assim: 'melhor antes que eu sair na porrada aqui, melhor agarrar, pegar minhas coisas e sair fora'.⁸⁷

Por vezes as desavenças ocorrem entre irmãos, entre aquele que contribui para os rendimentos familiares, participa na estratégia de sobrevivência familiar, e um(a) outro(a) irmão(ã) que não participa da mesma forma do circuito de trocas familiares. O conflito resulta da não aceitação da existência de uma diferença de papéis, ações, valores e personalidades entre os supostamente iguais. Renato, em Copacabana, menciona que os conflitos dele são com a irmã, que “não gosta dele”.⁸⁸ O mesmo Rodrigo que fugiu de casa na primeira vez com medo de apanhar da tia conta brigas com a irmã de 16 anos porque ela queria que ele arrumasse a casa e ele não queria por considerar que esse “é o serviço dela”.⁸⁹ André, catador da rua Sorocaba, diz que não quer voltar para casa porque, além dos conflitos com o pai, se aborrece com os irmãos, que são mais novos mas “ficam falando”.⁹⁰ Márcia me conta que teve dezoito irmãos (sic) mas que “deve ter morrido uns nove...”. Quando pergunto por eles diz que um está preso e sobre este fala mais.⁹¹ No sábado seguinte, Márcia estava machucada e contou que brigara com a irmã; que a irmã dizia que iria matá-la, e quando Márcia tentou pular o muro, este desabara por cima dela.⁹²

A desintegração familiar por morte é uma ‘fonte’ de população de rua desde a época medieval. As descrições e análises desse período nunca omitem a

⁸⁵ Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 3/3/97.

⁸⁶ Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 9/4/97.

⁸⁷ Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

⁸⁸ Diário de campo, Copacabana, segunda-feira, 17/2/97.

⁸⁹ Diário de campo, Botafogo, domingo, 2/3/97.

⁹⁰ Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 12/3/97.

⁹¹ Diário de campo, Copacabana, sábado, 12/4/97.

⁹² Diário de campo, Copacabana, sábado, 19/4/97.

presença de órfãos e viúvas entre os pedintes isolados ou mesmo profissionalizados nos ‘pátios de milagres’ (ver Stoffels, 1977; Geremek, 1995; Castel, 1995). Quando os pais morrem, a dispersão dos irmãos pode ser uma estratégia de sobrevivência. No entanto, é importante destacar que a dispersão dos membros da família pode ser uma estratégia para enfrentar a vulnerabilidade econômica mesmo quando não há desestruturação do grupo familiar por morte ou separação. Mandar morar com parentes ou mandar viver na cidade, principalmente as meninas, que vão se empregar como domésticas, é um recurso bastante utilizado e uma ‘solução’ para as moças frente às vulnerabilidades primárias de qualquer ordem.

O pai de Rodrigo, o mesmo que fugiu de casa porque perdeu a chave da tia, morreu quando ele tinha sete anos. Ele não sabe explicar a causa, fala que “ele tomava umas cachaças mas não foi por isso não”.⁹³ André, catador da rua Sorocaba, em Botafogo, é o mais velho de doze irmãos, sendo que um deles morreu. Sua saída de casa foi devido a conflitos com o pai e os irmãos, mas André também menciona que na ocasião tinha acabado de morrer o avô, que parece ter sido sua referência afetiva mais intensa.⁹⁴ Cícero relata que nem chegou a conhecer o pai: “isso daí é uma coisa que eu sentia muita carência, assim, paterna, tá entendendo? Quando ele morreu eu era muito novo.... eu acho que podia ter no máximo dois anos, eu não consigo nem, eu não tenho assim uma imagem dele”.⁹⁵ Márcia conta que a mãe morreu de pneumonia e o pai de derrame. Pergunto pelo pai do seu filho e ela me diz que ele também morreu baleado quando o menino tinha três meses, porque foi ‘confundido’; estava andando com determinadas pessoas e acharam que ele pertencia ao grupo. Márcia diz que sente falta da mãe, que depois que a mãe morreu a vida ficou muito difícil.⁹⁶ A mãe de Roni, o qual encontrei na praça Serzedelo Corrêa quando era companheiro de andanças de Luiz Augusto, morrera por mordida de rato e ele dizia: “rato é um bicho horrível, se não fosse pelos ratos eu não estaria na rua”.⁹⁷

Luiz Augusto e Solange relatam histórias em que a morte dos pais não resultou em dispersão familiar. No caso de Luiz Augusto, a madrinha de seu irmão Ubirajara, moradora também de Belford Roxo, casada e sem filhos, assumiu a responsabilidade de criá-los. Atualmente, a irmã mais velha mora com o marido na casa que foi deixada pela mãe de criação.⁹⁸

⁹³ Diário de campo, Botafogo, domingo, 2/3/97.

⁹⁴ Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 12/3/97.

⁹⁵ Diário de campo, Copacabana, quinta-feira, 17/4/97.

⁹⁶ Diário de campo, Copacabana, sábado, 12/4/97 e sábado, 19/4/97.

⁹⁷ Diário de campo, Copacabana, terça-feira, 4/3/97.

⁹⁸ Diário de campo, Botafogo, quinta-feira 20/3/97 e 3/4/97.

A separação do cônjuge foi relatada tanto por homens quanto por mulheres como motivo para a moradia na rua. Dentre os depoimentos obtidos por Ana Lúcia Martins (1993), a história de Dona Maria, que, por ocasião de seu depoimento, era moradora de rua há doze anos, retrata esta situação de desintegração familiar e perda de moradia. O marido a expulsara de casa porque havia arrumado outra mulher. Ela apresentava marcas de queimaduras por todo o corpo, sinais da violência conjugal. Viveu como empregada doméstica até que uma nova gravidez impediu que continuasse no trabalho. Gilberto, 39 anos, natural da zona rural do Espírito Santo, considera que passou a residir na rua apenas quando se separou da mulher com quem vivia sob um viaduto em Pilares (Rangel, 1996).

Afora os filhos de tenra idade, a morte dos pais pode levar à dispersão familiar de irmãos adolescentes ou adultos quando ocorre em grupos familiares com baixa margem de tolerância a 'fluxos unilaterais de troca' entre seus membros. Ou seja, famílias que encontram dificuldades de sustentar e acolher os membros que só estejam usufruindo, sem contribuir para o orçamento doméstico. As incapacidades e doenças físicas e, mais particularmente, as doenças mentais revelam claramente os limites de tolerância – afetiva e econômica – da família, a partir dos quais ela se esgota como recurso de apoio e solidariedade, como evidenciam as trajetórias de Hélio e Luiza (Rangel, 1996).

Mesmo sem a morte dos pais ou a dispersão familiar, a doença mental é um elemento que propicia comportamentos inusitados e, eventualmente conflitos familiares, por vezes de difícil assimilação. Ainda que pertencendo a uma família agregada e solidária, o doente mental pode querer afastar-se do seu convívio. Segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), 28% dos 3.358 moradores de rua entrevistados em outubro de 1991 tinham "algum tipo de deficiência mental",⁹⁹ proporção bastante elevada, embora não tenham sido divulgadas as modalidades mais freqüentes de distúrbio mental nem tampouco como foi realizado o diagnóstico.

VULNERABILIDADES FAMILIARES

Considerando que esse conjunto de situações de fragilização e ruptura dos vínculos familiares incide sobre pessoas oriundas, preponderantemente, das classes trabalhadoras pobres, a desvinculação na dimensão sociofamiliar tem uma relação estreita, ainda que não mecânica nem determinística, com as vulnerabilidades familiares de ordem econômica-ocupacional e de rendimen-

⁹⁹ *Jornal do Brasil*, 19/out./91.

tos. Os vínculos dos moradores de rua com o mundo do trabalho constituem o objeto de um capítulo, mas aqui objetiva-se ressaltar a fragilização dos laços familiares tendo a pobreza como pano de fundo, ou seja, destacar algumas relações entre a precariedade material, a pauperização dos núcleos familiares e a sua desintegração parcial ou completa.

A configuração da estrutura familiar do 'trabalhador pobre', ou seja, a distribuição de papéis que configura uma estratégia de convivência afetiva e sobrevivência econômica foi desenhada por Zaluar no modelo do chefe provedor. A pesquisa, realizada na Cidade de Deus, Rio de Janeiro, entre 1980 e 1982, revelou unidades familiares articuladas em torno da figura do 'chefe provedor', cuja identidade e auto-estima provêm de conseguir satisfazer as necessidades básicas de seu grupo familiar. A identidade do trabalhador pobre – identificado dessa forma porque os rendimentos não lhe possibilitam um consumo farto e variado – se constrói numa relação com a família mediada pelo trabalho, que não constitui em si o *locus* de identificação, mas fornece os meios através dos quais o homem pode prover sua família e assim representar-se positivamente. (Zaluar, 1994a).¹⁰⁰ E, mesmo estando centrado na figura masculina, o modelo do chefe provedor envolve participações específicas da mulher e dos filhos na unidade familiar.

Porém, como observa Nair Bicalho de Sousa em sua pesquisa sobre trabalhadores da construção civil, o modelo de chefe provedor encontra enormes obstáculos para se afirmar. A família do trabalhador pobre pode atravessar a tênue fronteira entre pobreza e miséria em circunstâncias como aposentadoria, doença, desemprego ou abandono do lar pelo chefe provedor. Sustentar a família impõe ao provedor um 'cabresto muito curto', ou seja, exige que ele pautar seu comportamento em uma vida regrada entre o trabalho e a família, de modo a não desequilibrar o orçamento doméstico com gastos supérfluos, especialmente o lazer e a bebida (Sousa, 1994).

Levar uma vida regrada é necessário, porém insuficiente, para que o chefe provedor consiga estabelecer e reter com o mundo do trabalho um vínculo caracterizado como precário, inseguro, instável, de seletividade crescente e baixos rendimentos. Esse 'permanente curto-circuito' produzido pelo mercado no vínculo que os trabalhadores chegam a estabelecer com o trabalho institui a insegurança como o elemento definidor de suas formas de vida (Telles, 1994b).

A estrutura familiar se apresenta assim como a grande retaguarda afetiva e material do trabalhador pobre nas suas relações com o mercado de trabalho, como o recurso fundamental para sua sobrevivência cotidiana. A família (a 'casa')

¹⁰⁰ A primeira edição de *A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza* é de 1985. Foi consultada a 2ª edição, de 1994. É importante observar que a pesquisa foi realizada antes da crise econômica de 1983, mas a escalada inflacionária tinha começado e o poder aquisitivo já era baixo.

é um âmbito, um domínio, um espaço onde ancorar-se, um lugar que pode chamar de seu, frente ao mundo do trabalho (a 'rua') que lhe oferece uma experiência de insegurança na qual a ameaça da miséria está sempre presente. A 'experiência de liminaridade', o fantasma da miséria a que se refere Telles – representada por ficar desempregado, passar fome ou 'ir morar debaixo da ponte' – está sempre presente no horizonte da maioria das famílias trabalhadoras: passar da pobreza, uma condição de vida em que os rendimentos (e o consumo) são baixos, para a situação de miséria em que não há quase nenhum rendimento e o suprimento das necessidades básicas está parcial ou completamente inviabilizado.

A vulnerabilidade econômica da unidade familiar atinge diferenciadamente os seus componentes, segundo os papéis que desempenham na estrutura de convivência e sobrevivência. Os homens – chefes de família – que se encontram nas ruas relatam histórias de separações e morte da esposa, abandono ou expulsão do convívio familiar, nas quais estão presentes e associados a vulnerabilidade econômica e o alcoolismo.

Os chefes de família que não conseguem prover os seus dependentes experimentam um questionamento de sua autoridade familiar e legitimidade social, daí advindo uma auto-imagem negativa (Zaluar, 1994a). O dever social masculino de genitor e provedor impõe a busca da independência e autonomia em relação a sua família de origem. Em caso de fracasso, como indica Michel Agier, recebe um 'veredicto implacável': ele vive uma situação 'anormal', porque transitória, ou então é considerado 'incapaz'. É uma produção simbólica da alteridade dos homens malsucedidos transcrevendo-os nos domínios da doença e da 'margem' (Agier, 1990). Para Agier o peso dessa simbologia explica, em boa parte, a instabilidade matrimonial dos homens com inserções econômicas precárias e a 'deserção masculina' da unidade familiar, que se revelam em comportamentos masculinos de desistência, pânico e fuga, direta ou indiretamente decorrentes de um revés social (Agier, 1990). Ao 'desertar' da família nuclear, pode estabelecer novos vínculos afetivos e familiares, nos quais abdica da autoridade – cuja contrapartida necessária é a de ser provedor principal ou maior submissão às vicissitudes do trabalho – desempenhando o papel de companheiro ou agregado (Neves, 1995a). A vulnerabilidade econômica pode promover também uma dispersão familiar na qual os vínculos afetivos e de referência são mantidos. Nessas trajetórias o chefe de família que está nas grandes cidades se separa da mulher e filhos, que são 'mandados para a casa de parentes', em cidades menores, enquanto persistir a situação de desemprego e falta de rendimentos. A mesma modalidade de vulnerabilidade pode reprimir a constituição de uma família nuclear, como declarou Luciano, operário da construção civil, a Sousa: "[muitos operários] num casa, porque têm medo, medo de num dar certo, medo da sobrevivência" (Sousa, 1994).

Os homens jovens e solteiros, antes de constituir uma família nuclear própria, experimentam maior frouxidão dos laços familiares. É um momento, que vai desde a adolescência até quando se tornam jovens adultos, em que separar-se de sua família de origem em busca de alternativas de vida não caracteriza necessariamente um rompimento do vínculo familiar ou uma resposta a um campo afetivo conflitivo. É, antes de mais nada, uma “marca da criação de uma identidade adolescente” em que se recusam os espaços oficiais e rotinizados e se opõe aos mais velhos e ao sistema (Silva & Milito, 1995). Significa colocar em prática uma estratégia de sobrevivência própria: o ‘ir à luta’. O papel desempenhado na unidade familiar por homens jovens e solteiros, se não tem as imposições do chefe provedor, tampouco é isento de responsabilidades no circuito de trocas. Em famílias de trabalhadores pobres, é extremamente precoce o ingresso do menino na composição dos rendimentos familiares. Dessa forma, o homem jovem e solteiro pode se afastar ou ser expulso do convívio familiar por deficiências em sua participação nos rendimentos (fluxos unilaterais de trocas) assentadas em um terreno afetivo familiar conflitivo, como revela o relato de Roney (Rangel, 1996).

Se a vida dos chefes de família se desenvolve entre a família e o trabalho, os trabalhadores solteiros, sem os compromissos domésticos, podem incorporar o lazer. Entre os trabalhadores da construção civil, os jovens operários se submetem às duras condições de trabalho, contando com a diversão certa no final da semana (Sousa, 1994). Nesse aspecto, a rotina diária de uma boa parte dos moradores de rua associa o trabalho e a diversão de maneira análoga à dos jovens trabalhadores da construção civil, embora numa temporalidade diferenciada: enquanto os operários da construção civil apresentam uma regularidade semanal, os moradores de rua obtêm rendimentos pela manhã para beber de noite com os amigos.

O perfil da população de rua é composto, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Porto Alegre, por homens em idade produtiva. É pois nas estratégias de sobrevivência, no cumprimento ou não dos papéis familiares atribuídos e nos conflitos afetivos ‘típicos’ dessa faixa etária que devem ser localizados os processos de desvinculação na dimensão sociofamiliar que propiciam o ir morar nas ruas.

No Rio de Janeiro, entre 1986 e 1991, a proporção de homens se manteve em 76% do total com preponderância da faixa etária de 26 a 40 anos (cerca de 43% no período) e concentração de 61,2% entre 18 e 40 anos.¹⁰¹ Entre 1986 e 1991 as pequenas alterações no perfil etário da população de rua foram no

¹⁰¹ As faixas etárias consideradas no documento da Fundação Leão XIII (1991) não são iguais às divulgadas pela imprensa no mesmo ano, daí a discrepância destes percentuais com os assinalados anteriormente, sem alterar a característica de constituírem homens em plena idade produtiva.

sentido de um discreto envelhecimento, com redução da participação do grupo de idade entre 18 e 20 anos e incremento das faixas acima de 40 anos (FLXIII, 1991).

Em 1991, o levantamento da SMDS do Rio de Janeiro indicou que 42,3% dos moradores de rua eram naturais do estado do Rio de Janeiro. No mesmo ano, a Fundação Leão XIII divulgou que 53,1% eram fluminenses e 43,6% cariocas. Em relação ao tempo que estavam na cidade do Rio, qualquer que fosse sua naturalidade, as instituições divulgaram que 75,5% dos moradores de rua estavam aqui há mais de quatro anos (*O Globo*, 19/10/91) e 40,3% estavam há mais de cinco anos (FLXIII, 1991).

Os 244 moradores de rua assistidos e cadastrados pela Comunidade Evangélica de Jesus eram em sua imensa maioria (92,6%) homens, 50,4% deles entre 25 a 39 anos e 25,8% entre 40 e 60 anos. Embora os registros nas fichas misturem naturalidade e procedência, 43,9% (107 moradores) eram oriundos do próprio estado do Rio de Janeiro. Minas Gerais foi o segundo estado mais mencionado de procedência (11,5%). Em termos regionais, abaixo da região Sudeste (67,6%) estava a região Nordeste como origem de 25% dos moradores. A procedência segundo capital/interior, uma aproximação do componente urbano/rural das migrações ou deslocamentos, apontou uma predominância de origem do interior (35,2%), embora essa informação não estivesse disponível em um número grande de fichas (44,3%). Os moradores de rua naturais do estado do Rio de Janeiro provinham de maneira relativamente uniforme da capital, de outros municípios da região metropolitana ou do interior, respectivamente 17,7%, 15% e 15%. Novamente esta informação não estava disponível para mais de 50% dos moradores de rua fluminenses cadastrados na Comunidade Evangélica de Jesus.

Em São Paulo, em 1991 esses homens (65% tinham menos de 40 anos), eram brancos (50%), pardos (30%) e negros (20%) (Sebes, 1992). Em 1995, também na cidade de São Paulo, 67% eram solteiros, 89% não tinham namorada(o) e 53% tinham um ou mais filhos (Datafolha, 1995). Em Porto Alegre, 77% dos 222 moradores de rua pesquisados eram homens, 68,9% tinham entre 22 e 45 anos e 53,6% eram brancos (PUC/RS, 1995).

Pesquisa da SDSAC/DF – Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária do Distrito Federal – sobre a população de rua em Brasília, em junho de 1995, identificou 54,6% de homens entre 657 moradores. Na tipologia de população de rua construída pela equipe de pesquisa, os homens jovens integrariam as categorias de “mendigos ocasionais” ou a de “migrantes recentes não-fixos (periódicos)” (Sdsac/DF, 1995). Pesquisa realizada, entre maio e junho de 1996, com 150 famílias de migrantes que viviam nas ruas do Distrito Federal e que tinham chegado na cidade após janeiro de 1995 (posse do governador), traçou um perfil composto principalmente

por jovens casais com filhos (dois terços dos chefes de família ou seus cônjuges têm até 35 anos de idade) e com uma maioria formada por negros e pardos (72%) (Bursztyn & Araújo, 1997).

Essas diferenças entre os perfis das populações de rua de Brasília e das demais cidades, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, são apenas algumas dentre várias diferenças que estabelecem uma especificidade em relação à população de rua brasiliense, uma configuração própria e apropriada ao espaço urbano peculiar que é Brasília. Nas demais cidades o homem sozinho em plena idade produtiva emerge como típico do grupo social 'moradores de rua'.

A vulnerabilidade econômica atinge de maneira diferente as mulheres em suas famílias de origem. Com papéis definidos desde a infância – substituta da mãe que trabalha e obtenção de rendimentos complementares – o dever social feminino na família nuclear está inteiramente imbricado com o interior, o lar, a manutenção da casa e da moral, ao contrário do homem, que deve sair de casa para obter rendimentos. O recurso da mulher ao amparo familiar é culturalmente legitimado, enquanto essa experiência para o homem é prova de sua 'incapacidade'. Ou seja, com muito menos frequência o não conseguir-sustentar-se economicamente, nem aos seus filhos, implica para a mulher uma ausência de *status*, em perda de lugar ou de referência familiar, assim como tampouco lhe é conferida uma destituição simbólica tão implacável como a dos homens que, fracassando na construção de uma família, são marginalizados até a exclusão. Como aponta Agier, "as críticas feitas às mulheres são de ordem moral ou doméstica e não sociais ou econômicas como aquelas endereçadas aos homens" (Agier, 1990).

Os trabalhos de Ana Maria Quiroga Fausto Neto (apud Rangel, 1996) revelam o funcionamento da rede de parentesco como amparo da mulher em situações de vulnerabilidade econômica e afetiva. Em famílias operárias de Belo Horizonte, o lado materno interfere no cotidiano da família enquanto o lado paterno intervém de maneira prioritária num único caso: o do empréstimo de dinheiro. No caso da 'avenida'¹⁰² São Caetano, em Salvador, a proximidade espacial e uma intervenção permanente de uma rede de parentes garante a sobrevivência cotidiana das famílias chefiadas por mulheres que "não poderiam ter existência social considerando-se apenas a renda monetária adquirida no mercado de trabalho", revelando uma "eficácia do espaço que se reproduz de uma geração para outra" (Agier, 1990).

¹⁰² A 'avenida' é um termo usado de maneira genérica para designar qualquer beco, travessa, vila e viela que sai de uma rua asfaltada (...) termo que designa, por si mesmo, um *status* de pobreza, e assim identifica aqueles que moram nesses espaços. Em certos casos, as avenidas de Salvador são comparáveis aos 'cortiços' de São Paulo e Rio (Agier, 1990).

A chefia familiar feminina, por morte ou separação do cônjuge, é uma situação de vida de extrema vulnerabilidade econômica, pois a mulher, na maioria das vezes, não consegue obter os mesmos rendimentos auferidos pela força de trabalho masculina. As famílias matrifocais constituem proporções significativas das famílias pobres e, particularmente, das indigentes, caracterizando o que vem sendo denominado 'feminização da pobreza'. No entanto, se o grupo familiar matrifocal terá mais necessidade econômica, terá também mais possibilidade social de recorrer legitimamente a seu próprio grupo consanguíneo (Agier, 1990). Além da proteção da rede de parentesco a mulher pode enfrentar a vulnerabilidade econômica através do emprego doméstico, que, mesmo constituindo-se uma das ocupações mais pauperizadas,¹⁰³ ainda é responsável pela absorção de uma parcela considerável da força de trabalho feminina não qualificada.

É interessante destacar o apadrinhamento (o princípio das relações múltiplas) como estratégia feminina de sobrevivência que, junto com uma certa 'naturalização' da pobreza, 'familiarização' e personalização dos espaços sociais, constituem, segundo Agier, um saber-viver feminino da pobreza. O apadrinhamento, como se verá, é uma estratégia de sobrevivência adotada também por mulheres que estão vivendo nas ruas, com suas famílias ou em grupos com seus filhos.¹⁰⁴

Esse saber-viver feminino da pobreza envolve conseguir adaptar o consumo familiar aos baixos rendimentos (Zaluar, 1994a) e conseguir rendimentos complementares através de doações ou estabelecimento de vínculos com entidades assistenciais (Neves, 1983, 1996). Nas famílias,

a mãe tem importância crucial no estabelecimento e reforço das redes de relações, na transmissão de valores morais do grupo, e, acima de tudo, no controle do orçamento doméstico, que os possibilita afastar-se da fronteira que separa a miséria da pobreza. (Zaluar, 1994a)

Daí a autora concluir que se há uma dissolução nas famílias da classe trabalhadora pobre, essa decorreria do fato de a mãe ter que ausentar-se para traba-

¹⁰³ Ocupações pauperizadas, pessoas em ocupações pauperizadas, trabalhadores pauperizados constituem formas de expressar a distribuição das "baixas rendas" na estrutura das ocupações profissionais. Figueiredo, Schiray e Lustosa (1990) estudaram a distribuição das remunerações de 108 categorias de ocupação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em 1987, distinguindo três grupos de ocupações pauperizadas em função do grau de pobreza. As empregadas domésticas integravam o grupo de ocupações pauperizadas com grau de pobreza extremo (mais de 2/3 de pobres).

¹⁰⁴ Ressaltando o apadrinhamento como estratégia de sobrevivência não se quer de forma alguma adscrever (e correlacionar) a pobreza ao clientelismo. A estratégia de sobrevivência envolve resultados práticos em situações concretas pautada por uma relação de troca diferente do clientelismo que constitui "um componente secular das relações entre o Estado brasileiro e todas as classes sociais, especialmente as abastadas, que sempre tiveram padrinhos e amigos influentes" como assinala Zaluar em seu artigo "Pobre, logo clientelista" (1994c).

lhar ou não estar presente, vulnerabilidade familiar que deixa 'vazios' de referências sociais e morais, fragilizando os laços da sociabilidade primária.

A intervenção da rede de parentesco, a legitimidade do recurso à família de origem, o maior acesso ao emprego doméstico, as referências simbólicas de identidade ligada à casa podem ajudar a entender o porquê de as mulheres constituírem uma minoria dentre a população de rua. A 'tendência feminina' frente à vulnerabilidade econômica e afetiva da unidade familiar seria a de assumir as responsabilidades de chefe provedor: "nesses casos quem segura a barra é a mulher, os homens saem fora e a mulher é que fica com as responsabilidades".¹⁰⁵ No entanto, morar na rua, sozinha ou com os filhos, tem sido uma solução para uma parcela de mulheres que imprimem ao perfil da população de rua um traço mais recente e ainda minoritário, mas que pode estar em crescimento.

Na cidade de São Paulo, as mulheres constituem menos de 10% da população que recorre aos serviços de abrigo ou das casas de convivência, são extremamente jovens e várias delas passaram pela Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem). A proporção de mulheres é maior (33%) dentre os que procuram os albergues e, nesse caso, a maioria tem mais de 40 anos, filhos e não tem para onde ir (Sebes, 1992). Em Porto Alegre, as mulheres constituíam 23% dos 222 moradores de rua, acima de 14 anos, durante o segundo semestre de 1994 (PUC/RS, 1995) e, no Rio de Janeiro, a Fundação Leão XIII encontrou uma participação constante em torno de 24% de mulheres nos levantamentos realizados em 1986 e 1991 (FLXIII, 1991). Em Brasília, no levantamento da Sdsac/DF, a proporção de mulheres variou entre 40 e 55% do total da população de rua, o que caracteriza outra importante diferença da capital em relação ao perfil das demais cidades (Sdsac/DF, 1995).

No caso das crianças a vulnerabilidade econômica parece promover uma circunstância 'de risco de rua'. Esta situação envolve a saída precoce de casa para ajudar a compor a renda familiar e uma diminuição de apoio e controle parental constantes, aumentando as possibilidades que a socialização primária da criança, filha de trabalhadores pobres, seja uma socialização compartilhada entre os valores do grupo familiar (família/escola) e os valores da rua – signifiquem estes os da criminalidade organizada com os quais convive no espaço de vizinhança ou os valores da rua 'mais distante'.

Entre os adolescentes, o risco de rua estaria associando e confundindo a "marca de criação de uma identidade adolescente", o movimento próprio de rebeldia/auto-afirmação juvenil, com a revolta contra as condições de miséria (Silva & Milito, 1995).

¹⁰⁵ "Seu" Paulo, coordenador da distribuição de comida e auxílios diversos na praça Serzedelo Corrêa, em Copacabana, identificando nos 'desarranjos' familiares a experiência em comum entre todos os homens que moram nas ruas. Diário de campo, Copacabana, segunda-feira, 17/2/97.

Considerando a manutenção ou não de uma referência familiar, as crianças que estão em 'situação de rua' são diferentes das que estão *na* rua – aquelas se encontram ali trabalhando, ganhando dinheiro ou mesmo passeando e se divertindo, mas têm um local de moradia e mantêm seus vínculos familiares; estas são as crianças *da* rua – as que vivem nas ruas com suas famílias e as que já perderam as referências familiares e não têm para onde voltar (Minayo, 1993). Crianças que participam na composição do orçamento familiar acabam por manter uma relação frágil com a escola, e os que estão nas ruas trabalhando, naturalmente, não frequentam a escola. No caso de Goiânia, eram considerados 'menores de rua' as crianças cujos vínculos familiares estavam afetados por conflitos sérios e que viviam na rua, evadidos da escola e/ou afastados de suas famílias, encontrando-se em situação de marginalidade diante da escola e/ou da família (Zaluar, 1994b).

É importante sublinhar que nas tipologias de crianças e adolescentes que encontram-se em situação de rua, calcadas sobre o *estar* na rua *versus* o *ser* da rua, é o atributo espacial que define o personagem. "A partir do espaço, um grupo social é unificado arbitrariamente pela categoria rua". Entretanto, "ao invés de uniformizar suas condições sociais pela situação de rua devemos buscar em suas histórias motivos semelhantes para a vinda para as ruas" (Alvim, 1995). Ou, como reitera Fúlvia Rosemberg, sobreviver na rua não é um atributo da pessoa; estar na rua é resultante de necessidades – no plano econômico, cultural e psíquico – de crianças/adolescentes e famílias pobres (Rosemberg, 1995).

Hélio Silva e Cláudia Milito observam como as famílias dos meninos são pouco conhecidas e que, "de concreto, temos a imagem mental de uma família estilhaçada, no duplo sentido de desestruturada, segundo os padrões classe média, e de conhecida, via fragmentos intermitentes que surgem esporadicamente nos relatos". Esses pesquisadores identificaram na cidade do Rio de Janeiro quatro tipos básicos de menores na rua – crianças moradoras de favelas e bairros distantes que usam a rua para auferir vantagens; famílias que vivem nas ruas; menores que passam o dia e a maioria das noites nas ruas e menores infratores, que vivem de roubar (Silva & Milito, 1995).

Em São Paulo, pesquisa realizada pela Secretaria Municipal do Bem-Estar Social (Sebes), em 1993, evidenciou que há um número significativamente maior de crianças/adolescentes em situação de rua durante o dia do que durante a noite e, no caso, a rua é utilizada predominantemente para gerar renda/trabalhar. As diversas regiões da cidade paulista revelaram diversidades de perfis das crianças e adolescentes segundo as atividades predominantes realizadas, condicionadas pelas possibilidades que as ruas ofereciam para a sobrevivência (Rosemberg, 1995).

As crianças e adolescentes em situação de rua, em São Paulo e no Rio de Janeiro, são predominantemente homens, negros e púberes (Zaluar, 1994b; Rosenberg, 1995, Silva & Mílito, 1995). Sem dados quantitativos, a observação dos pesquisadores indica a existência de crianças que nasceram nas calçadas no Rio de Janeiro, de 'ganguês' de garotos que cresceram nas ruas (com famílias na periferia e no interior) em Porto Alegre, e a presença de pessoas de segunda ou terceira geração na rua em ambas cidades (Magni, 1994, 1995; Silva & Mílito, 1995).

Em São Paulo foi observada a presença de crianças em 97 (29,5%) dos 329 pontos de pernoite: 8 pontos eram ocupados por grupos exclusivos dessa faixa etária, em 14 pontos pernoitavam grupos de homens e crianças, e em 75 pontos os grupos eram compostos por homens e/ou mulheres e crianças. Dentre a população que procurou os serviços assistenciais a faixa etária de 0 a 19 anos correspondia a 6 e 7% do total de pessoas que recorreram aos abrigos e a menos de 2% dos que procuraram os albergues (Sebes, 1992).

Os idosos das famílias trabalhadoras apresentam uma vulnerabilidade econômica que congrega e potencializa as dificuldades para obtenção de rendimentos no mercado de trabalho com um aumento de suas exigências de cuidados de saúde e de anteparos familiares e sociais. No entanto, podem participar no circuito de trocas familiares desempenhando papéis muito importantes de assistência aos netos e de coleta no "mercado (assistencial) de redistribuição de bens", como denomina Delma Pessanha Neves as estratégias de complementação dos recursos familiares raros e descontínuos. Essas atividades são realizadas junto às instituições de assistência por mulheres velhas ou avós que, "em muitos casos, fazem-se acompanhar de crianças e as socializam para a participação nesse mercado" (Neves, 1996).

Os levantamentos realizados pela Fundação Leão XIII no Rio de Janeiro mostraram que a população de rua apresentou um discreto envelhecimento entre 1986 e 1991, com um pequeno aumento – de 33 para 35% – da participação das faixas de idade entre 40 e 50 anos e acima de 50 anos, e diminuição da proporção de pessoas entre 18 e 20 anos. Em números absolutos, os moradores de rua com 50 anos ou mais representaram 102 entre os 600 entrevistados em 1986, e 175 entre 1016 entrevistados em 1991. A Fundação Leão XIII observa, em seu documento, que ao perder a capacidade laborativa o idoso transforma-se num peso morto para a economia familiar e, em muitos casos, pelo abandono e expulsão, engrossa a população moradora de rua e dependente das instituições assistenciais (FLXIII, 1991). Em São Paulo, o grupo da população de rua acima de 50 anos, mais uma vez predominantemente masculino, representou 12% dos usuários tanto de abrigos quanto de casas de convivência, e 21,4% dos usuários dos albergues (Sebes, 1992). Em Brasília, os chefes de família ou cônjuges dos

migrantes recentes pesquisados, na faixa etária entre 46 e 55 anos representaram 8% e os acima de 56 anos, 4%, ou seja proporções menores de pessoas idosas que as verificadas nas demais cidades (Bursztyn & Araújo, 1997).

Durante as visitas do trabalho de campo pude observar a presença dos idosos na rua ainda que um dos meus primeiros registros tenha sido sobre a dificuldade de precisar a idade das pessoas. Sinais de envelhecimento precoce são característicos das duras condições de vida dos trabalhadores pobres, mesmo tratando-se de pessoas com teto. As visitas posteriores registraram que os idosos geralmente são muito magros, não têm dentes e vestem muitas roupas, umas sobre as outras, cobrindo totalmente o corpo mesmo em dias de muito calor. Nos diversos trajetos de observação, idosos foram vistos dormindo nas ruas, mendigando, trabalhando como catadores de latas e de lixo, vendendo suas coletas diárias no depósito de ferro-velho, garimpando o lixo, simplesmente andando ou sentados nos bancos das praças.

A aparência distingue o idoso aposentado, que tem legitimidade de não fazer nada porque já cumpriu o seu dever, e o idoso morador de rua, sem a legitimidade social do aposentado, que parece estar ali porque não tem para onde ir. No entanto, a idade avançada ou a depauperação física são elementos que sensibilizam e legitimam o pedido de doações pois, sendo visíveis a 'olho nu' os obstáculos e as dificuldades que enfrentariam para conseguir trabalho e rendimentos tendem a aumentar a eficácia do pedido com a obtenção da ajuda solicitada.

Em duas situações particulares a problemática do idoso na rua despertou a reflexão. Em Botafogo, num domingo de manhã, presenciei a atitude de um homem conversando com uma senhora idosa, sem dentes e magra, que, sentada na calçada, com algumas sacolas a sua frente, tomava café com leite num copo plástico e comia pastel de carne, possivelmente dados por alguém do botequim. O relacionamento caracterizou-se, no meu entender, por arrogância e desrespeito do homem frente à velhice pobre; uma interação em que não havia nem respeito 'oriental' pela experiência e sabedoria, nem compaixão humana pela visível penúria numa fase extremamente delicada do ciclo vital.¹⁰⁶ Considerando a mudança demográfica com o envelhecimento da população brasileira como um todo, e o grau de pobreza absoluta, principalmente urbana, o idoso na rua é um problema sério que mereceria maior atenção e estudo. Dez dias depois, minha reflexão dirigiu-se para os dilemas e propostas da assistência social pública ao idoso na rua quando, nos limites entre Botafogo e Flamengo, na rua Senador Vergueiro, vejo um homem idoso dormindo, deitado diretamente na calçada entre dois canteiros de plantas na frente do prédio. Diante do

¹⁰⁶ Diário de campo, Botafogo, domingo, 16/2/97.

seu desamparo me pergunto como é possível que essa situação seja preferível à ser removido para um abrigo.¹⁰⁷

Além da incidência variável da vulnerabilidade econômica sobre os integrantes da unidade familiar segundo os papéis que nela desempenham, as pesquisas indicam fases do ciclo familiar e estruturas familiares mais vulneráveis à pobreza. O estudo coordenado por Juarez Brandão Lopes sobre o Brasil urbano, em 1989, apresentou uma média de 33,74% de domicílios pobres no conjunto das estruturas familiares. Em famílias chefiadas por mulheres jovens (menos de 34 anos) sem cônjuge, com filhos e outros, a proporção de domicílios pobres (neles compreendidos os indigentes) passava a ser 59%; nas famílias chefiadas por mulheres de 35 a 59 anos, sem cônjuge, com filhos e outros, a incidência de pobreza era 42%. A prevalência da pobreza ou o grau de vulnerabilidade à pobreza era maior que a média nacional também em estruturas familiares plurifamiliares¹⁰⁸ (40%), em casais jovens (menos de 34 anos), com filhos e outros (38%) e em homens, mulheres ou casais idosos (60 anos ou mais) sós (36%) (Lopes, 1992).

O estudo realizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a partir de dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (Pnad) de 1987, por Figueiredo, Schiray e Lustosa (1990) indicou que 40% das famílias eram pobres, envolvendo, na ocasião, 44% do total dos habitantes, índices superiores às médias nacionais de 1989. As maiores vulnerabilidades à pobreza foram encontradas em famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge, com filhos (mais de 50%); em famílias chefiadas por mulheres sem conjugue, com filhos, mas acrescido de outros membros (45%) e nos casais com filhos (43%). Neste último tipo de estrutura familiar a vulnerabilidade à pobreza diminui para 34% quando a família conta com a presença de outros integrantes. Destas observações os autores concluíram: a presença de outros familiares interfere positivamente, diminuindo a vulnerabilidade à pobreza. O principal fator de risco na insuficiência de renda que caracteriza a pobreza é a ausência de um dos cônjuges, quando há filhos, e a presença de filhos pequenos por si parece aumentar a vulnerabilidade à pobreza para os casais. Os dados sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro guardam relações próximas aos encontrados para o Brasil urbano, o que evidencia, nitidamente, um aumento de vulnerabilidade à pobreza em certas estruturas familiares.

Nas histórias dos trabalhadores da Cidade de Deus, Zaluar identificou que havia quase sempre um período no ciclo de vida familiar, a fase dos filhos

¹⁰⁷ Diário de campo, Botafogo, terça-feira, 25/2/97.

¹⁰⁸ Os domicílios plurifamiliares são formas tradicionais ou de estratégia deliberada para enfrentar fases da vida ou momentos de especial dificuldade econômica. Numa grande proporção de casos, os chefes das famílias secundárias tem relação de parentesco com o chefe do domicílio – são filhos(as) ou pais (Lopes, 1992).

pequenos, que exigia um esforço maior do provedor. Nesse momento o trabalhador vivia conflitos entre o 'vício' da bebida e suas obrigações familiares. A saída para esse dilema variava, mas a mulher tinha nela um papel deflagrador, pressionando o homem a 'largar o vício' e fazendo uso de diversas estratégias – levar o marido para a igreja dos 'crentes', idas ao terreiro para livrá-lo da sina, promessas a Nossa Senhora Aparecida (Zaluar, 1994a). Sousa descreve três fases do ciclo familiar operário segundo sua vulnerabilidade econômica: o casal com filhos pequenos, que corresponde ao período de maior dificuldade financeira do grupo, especialmente quando não pode contar com o auxílio de parentes e vizinhos; um segundo momento, a 'fase áurea' da vida familiar, quando os filhos têm idade legal de trabalho e passam a contribuir para a soma de rendimentos, e uma terceira fase, quando os filhos se casam, os cônjuges ficam sós e a renda cai abruptamente. A velhice somada à doença configura assim, junto com o desemprego, o permanente temor que assola as famílias operárias (Sousa, 1994).

A pobreza afeta, majoritariamente, famílias nucleares ou extensas, estruturadas a partir de laços conjugais. Entretanto, as probabilidades de indigência e pobreza são maiores em determinados arranjos familiares, dentre os quais destaca-se a família matrifocal, composta por mulher e filhos pequenos. Na favela de Vila Dalva, situada na região do Butantã, zona sudeste da cidade de São Paulo, a estrutura familiar que vem se tornando freqüente é *extensa*, agregando mais de uma geração, e *matrifocal* – a mulher só com os filhos e a avó, em que a figura do homem é intermitente (Sawaia, 1990).

Para Agier esse fenômeno é uma produção sustentada em princípios que acoplam um saber-viver feminino da pobreza (adaptação do consumo e as relações múltiplas) a uma deserção masculina da unidade familiar frente à contradição entre a pobreza e o peso da simbologia masculina de provedor (Agier, 1990). Observe-se que a preponderância e o grau de vulnerabilidade da família matricentrada revela a 'feminização' da pobreza abrigada, enquanto a pobreza desabrigada, a população de rua, é preponderantemente masculina.

Em 1989, as duas estruturas familiares chefiadas por mulheres (idades abaixo ou acima de 35 anos, com filhos e outros) significavam cerca de 14% dos domicílios pobres e por volta de 10% do total de domicílios no Brasil. A chefia feminina era encontrada em 30% dos domicílios indigentes, 23% dos domicílios pobres e em 19% dos domicílios não-pobres brasileiros. Estes diferenciais seriam maiores, não fosse o fato de muitas mulheres chefes de família estarem em domicílios plurifamiliares (Lopes, 1992). A presença de 19% de domicílios urbanos não-pobres chefiados por mulheres sem cônjuge e com filhos aponta para um rearranjo mais geral no padrão familiar da sociedade brasileira, no qual há uma associação negativa com a vulnerabilidade econômica.

Nas duas grandes regiões¹⁰⁹ a maioria dos domicílios urbanos pobres estava constituída por famílias de casais jovens e de meia-idade com seus filhos. As diferenças regionais foram encontradas nos arranjos alternativos à família nuclear: na Grande Região Centro-Norte predominavam os domicílios plurifamiliares e de famílias idosas em que ainda permanecem filhos adultos, enquanto entre os pobres urbanos do Sudeste e Sul, a proporção era sensivelmente maior de famílias de mulheres jovens sem cônjuge e com filhos menores (Lopes, 1992).

Em 1987, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, cerca de 418.000 famílias eram chefiadas por mulheres sem cônjuge e com filhos, correspondendo a 13,5% do total de famílias,¹¹⁰ agrupando ao redor de 1 milhão e 200 mil pessoas (11,5% da população total) e apresentando um tamanho médio de 2,9 pessoas. A estrutura familiar, do mesmo tipo, com a presença de outros – parentes ou não – agrupava 345 mil pessoas (3,2% da população total), com um tamanho médio de 4,2 membros. Em 1987, cerca de 1,5 milhão de pessoas pertencia a uma das 500 mil famílias matrifocais e mais da metade dessas unidades (56,4%) era pobre (Figueiredo, Schiray & Lustosa, 1990).

A família matrifocal tem um espaço moralmente negativo nas tipologias de população de rua e, geralmente, nos levantamentos institucionais, não é considerada como unidade familiar. No entanto, esse grupo dos mais vulneráveis à pobreza pode se deparar com a situação de desabrigo e passar a morar nas ruas organizado da mesma forma, como família monoparental. Nos estudos sobre família e pobreza a estrutura matrifocal tem estatuto de unidade familiar, mas nos estudos sobre população de rua, os grupos de mulheres com crianças adquirem um atributo de ‘unidade de rendimento e de exploração infantil’, em que o caráter familiar é questionado.

A família matrifocal, ainda que não receba essa denominação, aparece na caracterização dos agrupamentos formados pela população de rua. Em Porto Alegre, Cláudia Magni observa: em grupos familiares, é mais constante a presença do núcleo mãe/filhos, com a ausência do pai; os adultos se associam por conveniência ou afeição, algumas vezes formando um casal que pode vir a gerar filhos. Podem-se considerar grupos mistos aqueles que, eventualmente, reúnem estes indivíduos: famílias, casais, crianças e indivíduos adultos (Magni, 1995). Em São Paulo a pesquisa não caracterizou o agrupamento de mulheres e crianças em pontos de pernoite. Em 23% dos pontos pesquisados estavam homens, mulheres e crianças. Nesses grupos mistos existiam familiares consanguíneos

¹⁰⁹ Foi utilizado o recurso de agrupar as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste como a Grande Região Centro-Norte, e as regiões Sul e Sudeste como Grande Região Sul (Lopes, 1992).

¹¹⁰ Proporção das famílias monoparentais próxima à referida para a França, em 1985 – 12,5% das famílias e cerca de 1 milhão de pessoas (Castel, 1991).

ou não, casais que se formavam, grupos que compartilhavam o espaço de forma permanente etc. (Sebes, 1992). Na tipologia da população de rua apresentada na pesquisa da SDSAC/DF (1995), um dos grupos estava constituído por “mulheres com domicílio no entorno que utilizam as crianças para sobreviver de doações e esmola”. Nas ruas da cidade do Rio de Janeiro estão presentes grupos de mulheres e crianças que costumam receber um tratamento institucional de ‘unidade de exploração infantil’.¹¹¹

As unidades familiares matricentradas em geral, abrigadas ou desabrigadas, são caracterizadas por sua vinculação estreita com a mendicância e a assistência social. No seu modo de saber-viver na pobreza e com o princípio de múltiplas relações, pode estabelecer uma ‘rede’ assistencial que desempenha importante papel na subsistência. Recorrer a doações, ajudas e esmolas nas ruas pode constituir-se numa estratégia de sobrevivência mesmo sem estar morando nelas. A suspeita que paira sobre esses grupos matrilineares tanto de ‘aluguel’ de crianças vizinhas quanto de exploração das crianças, suas ou não, retiram-lhe a legitimidade familiar da estratégia de sobrevivência (mendicância) e chegam a ser considerados como pertencentes à ‘máfia’ da mendicância (Stoffels, 1977).

A família de Solange, extensa e confusa em seus parentescos, pode ser considerada como um grupo matrilinear na rua. Mas as senhoras e seus filhos da rua São João Batista, em Botafogo, e Vanda e seus três filhos, na praia de Copacabana, foram verdadeiros núcleos familiares matrifocais com os quais entrei em contato.¹¹² As senhoras e seus filhos apareciam quase sempre numa quarta-feira, nas esquinas das ruas São João Batista e Mena Barreto, em Botafogo, onde a calçada forma uma espécie de ‘largo’ e o grupo se instalava por alguns dias. Seus dias fixos de ‘instalação’ são conhecidos nas redondezas. As mulheres ficavam debaixo das poucas árvores existentes no local e as crianças pediam dinheiro nos dois sinais. O dono da banca de jornal da esquina e sua filha contavam como elas se vestiam, e aos filhos, com roupas para ‘exercer o ofício’, e relatavam também cenas de maus tratos em crianças que não teriam atingido a ‘féria’. Eles achavam que alguns eram realmente filhos e outros não, mas o que lhes chamava a atenção era que no dia de voltar para ‘casa’ eles iam sempre arrumados e limpos.

¹¹¹ “Mais de 140 famílias vivem hoje nas ruas do Rio – (...) exatamente 555 pessoas, entre adultos e crianças, que têm como endereço as esquinas e calçadas da cidade. A principal fonte de renda destas famílias, de uma maneira geral, são as crianças de até seis anos, cujos pais as obrigam a pedir esmola nos sinais de trânsito”, declarações da Secretária Municipal de Desenvolvimento Social por ocasião da divulgação do mapeamento da população de rua carioca. *Jornal do Brasil*, 9/ago./95.

¹¹² Foi interessante observar um certo padrão estético dessas “mães”, “padrão” este caracterizado por Alba Zaluar nas famílias abrigadas em Cidade de Deus: “observei inúmeros casos de obesidade entre eles, especialmente nas mulheres de famílias matrifocais. Símbolo talvez de seu poder na família, a gordura não é vista negativamente” (...) “Ao lado de adultos gordos, viviam crianças muito magras, pequenas e baixas para a idade e com o corpo coberto de feridas infecciosas” (Zaluar, 1994a).

Vanda e seus três filhos pequenos – de dois, três e cinco anos – viviam na praia de Copacabana, sob os coqueiros, num grupo de 16 a 17 pessoas que reunia, na ocasião, um outro núcleo matrifocal – de Renata e seus cinco filhos –, além de vários homens e duas mulheres sem filhos. Vanda parecia sobreviver da mendicância e pequenas vendas de seus filhos, principalmente do mais velho. A família de Vanda chamava a atenção por um padrão estético – tendiam a ser gordos, exceto a caçula, e todos eles tinham os cabelos oxigenados. Encontrei-a na praça Serzedelo Corrêa, na distribuição de comida, e ela me pediu roupas para ela e os filhos. Em outro dia encontrei-a na esquina da Avenida Atlântica com a rua Santa Clara, e Vanda me disse que lá era ‘o serviço do filho’. Vanda expressava a rivalidade entre suas crianças e as de Renata na competição pelos sinais para mendigar.¹¹³

O exame das relações entre vulnerabilidade econômica e estrutura familiar evidencia uma situação complexa, em que interfere um conjunto de fatos e fatores, que não se prestam a análises mecânicas produtoras de estereótipos do tipo: a pobreza provoca a dispersão, a desagregação dos membros da família, encontrando-se aí a justificativa, a causa a partir da qual decorreria uma série de comportamentos desviantes. Ao contrário, a vulnerabilidade econômica pode ser acompanhada de um fortalecimento dos laços familiares, como revela a pesquisa realizada junto a famílias operárias em Santo Amaro (SP), em 1982 e 1986, por Hirata & Humphrey (1992).

As histórias dos moradores de rua evidenciaram uma vulnerabilidade habitacional prévia à sua condição de ter as ruas por moradia, incluindo favelas, casas abandonadas (mocós), hospedarias, internatos de menores, albergues, casas de ex-patrões e alojamentos de empresas (Martins, A. L., 1993). A precariedade do acolhimento, a falta de higiene e o padrão alimentar em certos alojamentos da construção civil (Sousa, 1994) guardam semelhanças com as condições de vida nas ruas, indicando ser estreita a fronteira que separa a vulnerabilidade habitacional do peão de obra empregado e desempregado; em termos de precariedades do abrigo o ‘cair na rua’ não é um tombo de muito alto.

Calamidades públicas freqüentes na cidade do Rio de Janeiro, as enchentes e os deslizamentos produzem desabrigados em massa, alojados precária e temporariamente pela Prefeitura. Morar na rua temporariamente como meio de obter recursos para conseguir uma moradia mais permanente é uma estratégia utilizada por famílias desabrigadas.

Analisando a moradia em favelas de São Paulo, Bader Sawaia diz que o favelado é um segmento da classe trabalhadora que tem como característica comum o fato de morar em condições subumanas, exercendo a “arte de viver

¹¹³ Diário de campo, Copacabana, sábado, 19/4/97.

como gente em condições negadoras da humanidade” (Sawaia, 1990). A precariedade das condições de vida ‘abrigada’ em invasões é retratada pela Comunidade de Vila Tieta no Jacaré, Rio de Janeiro, onde 27 famílias sobreviviam em condições desumanas, sem qualquer tipo de urbanização, em meio a ratos e baratas.¹¹⁴ E, no entanto, essas precárias condições de abrigo podem ser as aspirações da pobreza desabrigada.

No Rio de Janeiro, levantamento realizado em 1992 pelo Instituto de Planejamento da Prefeitura do Rio de Janeiro (Iplan-Rio) com pessoas que moravam sob viadutos revelou que 80% haviam sido expulsos das favelas nos últimos cinco anos. Os representantes municipais localizaram nos anos de 1987-88 a emergência do fenômeno da moradia na rua, conseqüente à confluência de diferentes variáveis ao longo da década de 80: o crescimento desordenado das favelas, as crises econômicas de 1983 e 1988 e a especulação imobiliária teriam expulso das favelas famílias de trabalhadores que passaram a ocupar as ruas e espaços públicos.¹¹⁵

Em 1993, a crônica carência habitacional da população brasileira pobre foi levantada pela Campanha da Fraternidade da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a qual teve o título *Onde moras?*, objetivando divulgar a falta de dez milhões de habitações no País e um aumento anual de 500.000 famílias na população sem teto. Na ocasião, a situação de precariedade habitacional da cidade do Rio de Janeiro foi estimada pelo Iplan-Rio da seguinte forma: 10.000 pessoas morando nas ruas, 600 favelas com cerca de 1,2 milhão de pessoas, mil loteamentos irregulares e uma média de cinco invasões por mês.¹¹⁶ Em maio de 1996, o mesmo Iplan-Rio divulgou que, enquanto a população total da cidade aumentara apenas 7% entre 1980 e 1991, o número de pessoas que viviam em favelas crescera 34%.¹¹⁷

No Rio de Janeiro, a crise econômica, a especulação imobiliária e a precariedade de condições de vida nas favelas foram acrescidas, nos últimos anos, por processos de violência protagonizados por traficantes de drogas e policiais, aumentando a vulnerabilidade habitacional e criando novas vulnerabilidades à violência das famílias trabalhadoras pobres. Em agosto de 1993, o presidente da Fundação Leão XIII declarou que as pessoas estavam saindo das favelas devido aos conflitos dos traficantes entre si e com a polícia.¹¹⁸

¹¹⁴ *O Povo*, 12/jun./92.

¹¹⁵ Zaluar, na mesma ocasião, exemplificou a especulação imobiliária que ocorrera nas favelas apontando que na Rocinha um barraco estava custando entre 10 mil e 20 mil dólares. *Jornal do Brasil*, 10/out./93.

¹¹⁶ *Jornal do Brasil*, 28/fev./93.

¹¹⁷ *O Globo*, 26/mai./96.

¹¹⁸ *O Globo*, 22/out./93.

A vulnerabilidade habitacional atinge seu limite no surgimento de segundas e terceiras gerações vivendo na rua. A pesquisa realizada em Porto Alegre, durante o 2º semestre de 1994, com 222 moradores de rua maiores de 14 anos identificou cinco pessoas que ou estavam na rua desde pequenos (três) ou tinham nascido na rua (dois) (PUC/RS, 1995). No caso, não é a precariedade do abrigo, é “a ausência concreta de teto que se estende a toda família. Moram na rua, junto a outras famílias nas mesmas condições. Algumas dessas crianças jamais tiveram uma casa. Nasceram ali mesmo, nas calçadas” (Silva & Milito, 1995).

Numa simplificação da problemática, a população de rua é considerada como sem-teto, um assunto das secretarias de habitação. Numa tentativa de ‘lapidar’ o fenômeno configurado pela presença de pessoas morando nas ruas das cidades, as autoridades governamentais freqüentemente procuram estabelecer uma diferenciação interna ao grupo social, reiterando que parte deles possui moradia. Em 1991, a Fundação Leão XIII divulgou que 30,6% teriam casas para morar em zonas periféricas do Rio. Em abril de 1993, o presidente da FLXIII declarou que era cada vez maior o número de pessoas que só moravam nas ruas durante a semana, caindo em 80% o número de moradores nos sábados e domingos.

Nos depoimentos obtidos, os moradores de rua podiam dar um endereço de referência, o que não significava ter um lugar para morar e, muito menos, manter vínculos familiares. Luiz Augusto, quando preenche as fichas cadastrais para obtenção de trabalho, dá o endereço da irmã, mas quando pedem algum comprovante de residência ele desiste do emprego, pois seria necessário entrar em contato com os familiares. Roni pode até fornecer o endereço da irmã, que mora no bairro do Méier, no Rio, mas nunca vai lá, pois considera que não teria nada para dar.¹¹⁹

A pesquisa em Porto Alegre mostrou que muitas pessoas que permanecem na rua, durante o dia, esmolando, cuidando ou lavando carros, têm moradia e retornam à noite para seus domicílios. Os que permanecem nas ruas podem até ter algum domicílio, mas preferem não voltar (PUC/RS, 1995).

E por que preferem não voltar? Para alguns a casa é igual ou pior do que a rua. Solange dizia ter um quarto em Queimados (Baixada Fluminense), mas, segundo ela, chovia dentro mais do que na rua; quando estava cozinhando a água escorria pelas suas costas, o que não acontecia debaixo da marquise de ônibus da rua Nelson Mandela, em Botafogo. Além disso, “lá não tem quintal”, enquanto na rua “as crianças têm espaço para brincar”. Para André, catador da rua Sorocaba, em Botafogo, não há diferença entre ter uma casa e estar na rua, pois a violência “é no Rio todo”. O mesmo me afirmou Marcelo, que morava

119 Diário de campo, Copacabana, terça-feira, 4/3/97.

dentro de uma kombi estacionada na Fonte da Saudade. E Rodrigo, garoto de 13 anos, dizia que a rua era melhor do que em casa, pelo menos não apanhava.

A rua também foi contraposta, favoravelmente, à moradia 'na casa dos outros'. Miguel passara 'uns tempos' em Nova Iguaçu, na casa da mãe de seu namorado. Apesar de ter considerado o período de permanência "muito bom", voltara para a rua em novembro (de 1996), porque não queria atrapalhar: "não tem nada como o lugar da gente, sabe?, porque quando tu mora num lugar que não é o teu tu tira um pouco do espaço da pessoa."¹²⁰ Márcia me disse que não gostava de ficar em casa porque era "horrível", e contava um episódio em que foi assaltada e ameaçada de morte, além de ter que passar "por cima de um cadáver que estava lá, atirado no chão". O seu filho de dez anos está com parentes que moram em São Gonçalo (estado do Rio de Janeiro), mas, segundo ela, "lá é horrível também".¹²¹

A referência à existência de uma família na periferia ou no interior do estado não significa exatamente ter uma casa, ter para onde ir.

Neca é mãe das duas crianças que estão com ela na rua. Poderia estar na casa de sua mãe, mas o problema é que não gosta de ficar na casa dos outros porque eles logo querem mandar nela, e isso ela não aceita. Para Neca, a busca de autonomia parece ser mais forte do que a expectativa de *estar* em uma casa – o que é diferente, no seu entender, de *ter* uma casa. (Magni, 1997)

A 'arquitetura da indigência', as variadas formas de precariedade habitacional pode ser desenhada através dos depoimentos de pessoas que trabalham com a população de rua. Uma dessas formas habitacionais é o mocó, que tem uma característica próxima do cortiço, é como se fosse um cortiço subdesenvolvido.¹²² Esse tipo de 'casa' são moradias semidestruídas, velhas e sem nenhuma comodidade – o telhado está caindo, as portas não existem mais, não há água e tampouco luz.¹²³ São situações abrigadas limítrofes, em que as condições de vida se assemelham muito àquelas encontradas na rua, ao relento. E, assim como na rua, nenhuma dessas situações abrigadas pode ser denominada de lar. O espaço do lar envolve domesticidade, intimidade e privacidade.

Naturalmente, o fato de andar 'carregando a cama nas mãos', a itinerância, obsta uma relação estável com o 'lar'. No entanto, mesmo quando mais sedentários, com uma apropriação territorial mais estável, é difícil sentir a rua como espaço 'caseiro'. Ainda na década de 70, quando o fenômeno não atingira nem

¹²⁰ Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

¹²¹ Diário de campo, Copacabana, sábado, 12/4/97.

¹²² Depoimento de uma técnica da Surbes-Sé em Seminário sobre Política Habitacional realizado no Pólis em agosto de 1991. In: Simões Jr., 1992.

¹²³ Depoimento extraído de Organização de Auxílio Fraternal – OAF – "Somos um povo que quer viver". São Paulo: Paulinas, 1982. In: Simões Jr., 1992.

as proporções nem a caracterização contemporânea, Marie-Ghislaine Stoffels observou que para os mendigos a rua, ainda quando utilizada como moradia permanente, era sempre o 'mundo distante', estranho, com suas angústias e incertezas em contraposição ao 'mundo próximo', familiar e caseiro (Stoffels, 1977). A questão é que essa sensação de 'lar', em seus aspectos de domesticidade, intimidade e privacidade, pode estar tão ausente na rua quanto na casa referida como existente, no endereço fornecido, que permitiria a afirmação das autoridades de que (30 a 80%) "possuem moradia". "Por casa explana terreno baldio, ruínas desabadas, um terreiro onde se podem juntar alguns esqueletos familiares" (Silva & Milito, 1995:80).

Entre os pobres a vulnerabilidade à violência é maior. Comparando taxas de mortalidade por causas externas, ou por homicídios, entre comunidades e bairros diferenciados segundo a renda, é evidenciada uma correlação positiva entre comunidades pobres e causas violentas (Pinheiro, 1996). A violência emerge como meio usual (e banal) de resolução de conflitos (dos mais prosaicos até a violência organizada), para defender seu *status*, seu 'ethos' masculino (nesse sentido a violência é, em larga medida, uma *performance*) ou como a reação de pessoas normais submetidas a pressões opressivas. Como ressalta Paulo Sérgio Pinheiro, se não há uma relação mecanicista entre pobreza e criminalidade violenta, é imperativo considerar como a desigualdade opera dentro do problema do crescimento do crime na América Latina.

A pesquisa sobre homicídios dolosos praticados contra menores no estado do Rio entre 1991 e julho de 1993¹²⁴ mostra que a vulnerabilidade à violência é uma característica do ambiente doméstico e vizinhanças: a maioria dos adolescentes e crianças é morta em sua residência ou nas proximidades. O perigo a que o menino da rua está exposto parece ser compartilhado com os meninos de bairros pobres, periferias, favelas. Nos estudos que tratam a violência urbana como uma doença, uma epidemia, a situação de risco das vítimas foi caracterizada: idade entre 16 e 24 anos, eram mortos preferencialmente nos finais de semana, de noite, com uso de armas de fogo, estavam sob efeito da bebida, tinham envolvimento com drogas, viviam em bairros sem policiamento e eram desempregados (Dimenstein, 1996). Segundo os estudiosos,¹²⁵ a pobreza não produz necessariamente violência e um determinado nível de pobreza não corresponde a um determinado nível de agressão. No entanto, analisando o retrato da vítima é possível indagar: em que outras circunstâncias de vida estaria presente e associado esse conjunto de vulnerabilidades, senão na pobreza?

¹²⁴ Milito & Silva. Homicídios dolosos praticados contra menores no Estado do Rio de Janeiro – 1991 a julho de 1993. Rio de Janeiro: Fase/Ibase/Idac/Iser, 1993 (apud Silva & Milito, 1995).

¹²⁵ O jornalista refere-se a João Yunes e Rodrigo Guerreiro, da Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) e a José Alexandre Sheikmann, diretor da Faculdade de Economia da Universidade de Chicago.

Os adolescentes das famílias de trabalhadores pobres compartilham também um aumento de vulnerabilidade ao circuito marginal. O tráfico se apresenta como perspectiva de absorção imediata de meninos com dificuldades em arranjar trabalho ou freqüentar a escola, principalmente quando portadores do rótulo de infrator (Silva & Milito, 1995).

A vulnerabilidade à violência doméstica e de vizinhança, o perigo da casa, que relativiza o perigo das ruas para crianças e adolescentes pobres, inclui também o abuso sexual e os castigos físicos. A família cruel, em que o pai que foi muito espancado quando criança hoje em dia espanca o filho, é a situação na qual Silva e Milito vislumbram a “possibilidade de um enraizamento geracional da tortura doméstica, uma tradição brasileira” (Silva & Milito, 1995). Os pesquisadores chamam a atenção para estudos e depoimentos que revelam como as relações sociais das crianças e adolescentes pobres são mediadas pela violência, a um ponto tal que este instrumento de resolução de conflitos – da pancadaria ao tiro – passa a constituir o normal. A naturalização da violência envolve a sua aceitação passiva como as ‘regras do jogo’ vigentes.¹²⁶

A violência como mediação principal nas interações sociais emerge também nas discriminações, criminalizações e construção de estereótipos que rotulam os jovens pobres, que compartilham o local de moradia com quadrilhas do tráfico de drogas, como “criminosos em potencial” (Zaluar, 1994a). Na criminalização dos membros de famílias trabalhadoras pobres este aumento da vulnerabilidade à violência nas condições de pobreza é imputado às comunidades, aos bairros, conjuntos habitacionais e favelas como características intrínsecas de seus moradores, um espaço onde ‘brotam’ violências e vulnerabilidades. Assim, a moradia, a cor, a origem, o jeito (a aparência), quaisquer elementos associados à pobreza, essas ‘etiquetas negativas’ são ‘coladas’ em certos grupos de pessoas suscitando reações sociais de indiferença e medo, e aumentando a vulnerabilidade desses indivíduos à violência como modalidade de interações sociais, à repressão, ao arbítrio da polícia e à condenação na justiça (Zaluar, 1994c).

Considerando a procedência de classe social dos moradores de rua, a dos trabalhadores pobres, a pobreza de sua condição de vida prévia à moradia na rua foi caracterizada como integrada por um conjunto de vulnerabilidades, situações portadoras potenciais de vetores de exclusão. Algumas ou todas as modalidades de vulnerabilidade – econômica, habitacional, afetiva, à violência e à discriminação – em várias combinações possíveis, se entrelaçam no seio das famílias de trabalhadores pobres, com diferentes graus de intensidade, promovendo diferenciadas histórias individuais e familiares. Porém, pode-se identificar nessas condições de vida a constituição do que Buarque denominou “arqui-

¹²⁶ Estudo de Vainsencher, Semira. *O projeto de vida do menor institucionalizado*. Recife: Unicef, 1989 (apud Silva & Milito, 1995).

pélago de grupos excluídos” (Buarque, 1993). A somatória, a concentração dos critérios sociais de discriminação, estigmatização e exclusão em certos grupos sociais resultam na configuração de uma ‘sociabilidade excluída’, ou seja, uma sociabilidade que não compartilha social e culturalmente das expectativas médias da sociedade brasileira (Bursztyń & Araújo, 1997). É uma sociabilidade construída, segundo Telles, pela lógica silenciosa das exclusões, que opera nas representações da sociedade brasileira sobre a pobreza, lógica permanentemente reposta no modo como as relações sociais se estruturam, definindo um tipo de sociabilidade que obsta a constituição de uma regra igualitária de reciprocidade que confira ao outro o estatuto de sujeito de interesses válidos e legítimos (Telles, 1992a).

A vulnerabilidade econômica incide diferenciadamente na família segundo os papéis que seus componentes desempenham e segundo a fase do ciclo familiar. Associada às demais vulnerabilidades, pode conduzir à deficiência e ao esgotamento da família como unidade de proteção e apoio. Sem anteparos sociais e públicos, as famílias podem reproduzir as vulnerabilidades num processo com conseqüências como a de pertencer às terceiras ou quartas gerações de pobres urbanos.

Frente a uma condição de vida pobre que associa e acumula vulnerabilidades, promotora de uma ‘sociabilidade excluída’, quais são os anteparos que obstem, parcial ou completamente, as trajetórias de desvinculação social? Em que âmbitos esses anteparos operam – familiar, laboral ou do Estado (públicos)? Qual o significado nas terceiras gerações de processos familiares sucessivos de vulnerabilidades? As respostas talvez possibilitem “repor os fenômenos em sua base fundamental, das causas que os geraram, dos destinos que a liberdade de escolha oferece” (Silva & Mílito, 1995).

Dessa forma a vulnerabilidade econômica é considerada como o pano de fundo em que se desenrolam os acontecimentos de uma sociabilidade excluída. Entretanto, em vários depoimentos dos moradores de rua, esse pano de fundo da vulnerabilidade de rendimentos e consumo é minimizado, é considerado pouco importante na sua decisão de morar nas ruas, ou é até mesmo caracterizado como inexistente em sua trajetória de vida. Luiz Augusto me conta que pertence a uma família com um padrão médio de poder aquisitivo. Mesmo quando era pequeno, a família “não passava necessidade sobre alimentos” e, inclusive, tinha casa própria.¹²⁷ André, catador da rua Sorocaba, em Botafogo, cujo pai é sócio de uma oficina de consertos de carros, diz que a família em Salvador “está bem”, no sentido de não passar privações.¹²⁸ Miguel diz que seu tio que mora em São Roque (SP) “não é rico, mas é classe média, normal” e sobre a família no Peru comenta: “é normal; lá em casa nunca faltou nada para

¹²⁷ Diário de campo, Copacabana, segunda-feira, 17/3/97; Botafogo, quintas-feiras, 20/3 e 3/4/97.

¹²⁸ Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 3/3/97.

comer, graças a Deus, minha mãe tem uma pequena oficina de conserto de instrumentos musicais, normal”.¹²⁹ Cícero também fala de sua família, em João Pessoa, como “uma família totalmente normal, sabe? Cada pessoa trabalha, uns estuda”. A casa era própria e as dificuldades eram de consumo extra-alimentar. Relata uma época de dificuldades, quando o pai morreu: “a gente passou dificuldade, tá entendendo?, dificuldade financeira, mas fome não, graças a Deus”.¹³⁰

Em todas as falas o critério utilizado para conferir significado à vulnerabilidade econômica é ‘passar fome’. Se a família não passou fome (comentário sempre acompanhado de um ‘graças a Deus!’), no imaginário dos entrevistados não era uma família carente, miserável, era ‘normal’. Os limites dessa normalidade é que não se deixam perceber nas entrevistas e os meus parâmetros de conforto, bem-estar, acolhida e vulnerabilidade não servem de referência. O padrão de consumo pode ser extremamente baixo, mas, tendo a pessoa crescido numa família e vizinhança onde essas eram as condições de vida da maioria, é ‘normal’, configurando quase que um aprendizado de como (sobre)viver restringindo cada vez mais o consumo, um saber-viver com cada vez menos. Esse aprendizado lhes será muito útil nas ruas, onde é preciso sobreviver com rendimentos baixos e irregulares, assim como saber despojar-se de seus pertences e de suas referências de valores.

As reações individuais às vulnerabilidades familiares são diferentes segundo o papel que desempenham e os vínculos afetivos com a família. Nem todos os membros reagem distanciando-se ou rompendo seus vínculos familiares. Não são todos os irmãos que saem de casa e ‘migram para o desconhecido’ da rua. Rosilene Alvim, em artigo sobre as trajetórias de vida dos oito meninos assassinados em frente à Igreja da Candelária (Rio de Janeiro), a partir de notícias da grande imprensa, destaca que nas histórias das vítimas a maior parte dos irmãos não seguiu a mesma trajetória (Alvim, 1995). Há, portanto, no interior de uma rede de papéis (responsabilidades e deveres) familiares, reações particulares, da criança ou do adulto, que remetem às características da individualidade e da personalidade, da autonomia do sujeito frente às condições adversas que a família como um todo está submetida.

A preponderância masculina nos movimentos migratórios e na população de rua indica que reações de sair de casa são mais frequentes nos homens jovens, o que não impede que também seja uma alternativa para adolescentes mulheres. Sair de casa pode ser o resultado de conflitos intergeracionais de consumo (Zaluar, 1994a), de conflitos de valores, de recusa de aceitar passivamente as perspectivas que circundam suas vidas em família e no bairro (Alvim, 1995), de busca de autonomia e independência. O que guardam em comum

¹²⁹ Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

¹³⁰ Diário de campo, Copacabana, quinta-feira, 17/4/97.

todas elas é o movimento – sair de casa, aventurar-se, mexer-se em busca de soluções. São “temas de um discurso de mobilidade masculina” (Agier, 1990) anterior ao movimento de sair de casa e andar pelas ruas: dizer que “quem fica parado é poste”, o uso das expressões “virar-se”, “correr atrás”, “ir à luta”. A pobreza, enquanto sobreposição de situações de vulnerabilidade, está associada ao movimento como reação para sua superação.

Quem é pobre precisa ‘ganhar a vida’, quem é rico pode ficar parado. A saga do trabalhador pobre é a de ‘ter que se mexer’, o que significa ter que sair de casa na busca do trabalho, do ‘pão de cada dia’, na ‘luta’ para encontrar o seu lugar no mundo. (Da Matta, 1990)

No discurso de mobilidade masculina associado à pobreza agregada e nucleada familiarmente, o deixar a casa paterna se dá sempre na perspectiva de uma busca de soluções para as vivências de vulnerabilidade. Constituem experiências de movimento que antecedem a escolha da rua como alternativa de solução – quando se ‘cai na rua’, como os próprios moradores de rua definem esse momento de sua trajetória, em que passam da pobreza abrigada para a desabrigada.

A análise da perambulação, do nomadismo, da presença contínua do acaso, do efêmero e do eterno presente como elementos que caracterizam a população de rua está desenvolvida no capítulo 5. No momento o importante é reter a idéia de que o movimento, o nomadismo, a mobilidade é parte de uma estratégia jovem, e preponderantemente masculina, de sobrevivência frente às vulnerabilidades associadas e cumulativas da pobreza, anterior ao movimento de ir morar nas ruas e de nelas ficar andando.

Há, ainda, que se recuperar a autonomia do sujeito quanto às características de identidade e personalidade que, em determinadas condições de vulnerabilidade, promovem a decisão de morar nas ruas e de nelas se estabelecer. Vista como fruto de vulnerabilidades familiares, a população de rua não pode ser analisada sem se considerarem as características do sujeito, as suas possibilidades e formas de agir; não pode ser desconsiderada a sua autonomia, como se por ter nascido em determinada família economicamente vulnerável lhe coubesse um inexorável destino. No ato de ir morar nas ruas, há um elemento de deliberação individual que não pode ser confiscado na análise do fenômeno.¹³¹

Dessa forma, a concepção de Becker sobre o ‘desvio’ como uma interação possibilita recuperar a heterogeneidade dos desviantes, colocando em segundo plano teorias que analisam o desvio a partir de uma causa subjacente ao ato desviante situada seja na personalidade, seja nas suas condições de vida (Becker, 1985).

¹³¹ A autonomia do sujeito no ato criminoso é apontada por Zaluvar, 1994b: “O tratamento da pessoa como objeto é subjacente às visões que associam a pobreza ao crime, seja por uma carência de moralidade básica que apela para a repressão, seja por ausência de justiça social que apela para as políticas sociais; ambas se sustentam na idéia do perigo aliado à pobreza”.

Analisar o desvio partindo de uma causa básica – a vulnerabilidade econômica – que teria motivado o ato desviante, por exemplo, ir morar nas ruas ou cometer uma transgressão ou um crime, não responde à pergunta: por que tantos outros indivíduos – que vivenciam as mesmas motivações e que compartilham sensibilidades e reações frente às normas e condições instituídas – não percorrem uma trajetória desviante? A pobreza na rua é uma fração reduzida da prevalência de vulnerabilidade econômica, o que indica ser uma saída individual a certas condições que incidem sobre um conjunto bem maior de pessoas, da família e da vizinhança.

Ainda que os percursos que os levaram até as ruas sejam trajetórias de sucessivas perdas, as características de identidade não se perdem e conferem uma heterogeneidade de histórias de vida a essa suposta homogeneidade de condições vulneráveis de existência. Também, no resgate da autonomia do sujeito morador de rua, não devem ser menosprezados os depoimentos que argumentam no sentido de que “na rua está melhor”, “tem mais liberdade”, “é mais divertido”, na rejeição dos valores que estruturam a vida social ao redor da família e do trabalho regular. Efetivamente, do seu ponto de vista e, por vezes, do ponto de vista da pesquisadora, diante de certas situações descritas, a vida na rua pode ser melhor, mas o entrevistado sabe o preço que paga por esse ‘melhor’, e não é barato.

Se o movimento é a reação do indivíduo pobre frente às vulnerabilidades, a unidade familiar como um todo também reage em processos que agregam seus componentes ou, ao contrário, promovem a sua expulsão do convívio familiar.

Na família que agrega, os laços de sangue e de afetividade preponderam sobre os conflitos, os vínculos conseguem equacionar carências com afetividade na distribuição de papéis de contribuição e consumo dos membros. Nessas unidades familiares, mesmo frente às adversidades se consegue, com o esforço maior e de cada vez mais membros, estabelecer uma ordem familiar, uma estrutura minimamente estável em que os “laços são regidos pela velha e boa ordem estabelecida pelas diferenças de sexo, idade e ‘sangue’” (Da Matta, 1991) em que cada qual encontra o seu lugar.

Se a fuga da criança ou do adolescente é de alguma forma consentida pela mãe, ou, pelo menos, incorporada ao cotidiano da casa, há vários testemunhos nas quais as mães possuem pouco ou nenhum controle quanto à decisão dos filhos em ‘ganhar a rua’. Há relatos de famílias estruturadas, trabalhadoras, virtuosas, cujos filhos fogem de casa para viver na rua. A fuga é motivada pelo ‘tédio’, por querer conhecer outros lugares, arriscar-se com os colegas em lugares mais distantes, por aventura, por brincadeira, ou por motivos banais, que eles mesmo declaram ser “bobos” (Silva & Mílito, 1995).

Esse equacionamento das carências com afeto, ainda que em permanente tensão e instabilidade, é o que prepondera na grande maioria das famílias da classe trabalhadora pobre. Caso a reação das famílias pobres às vulnerabilidades fosse expulsar continuamente seus membros que, já nos limites entre pobreza e miséria, iriam morar nas ruas, encontraríamos uma magnitude muito mais elevada de moradores de rua. Caso as vulnerabilidades incidissem desagregando as famílias pobres, não teríamos para uma proporção de 40% de famílias pobres e 44% da população total (RMRJ, 1987) apenas 0,1% da população da cidade do Rio, cerca de sete mil pessoas, dormindo nas ruas, segundo estimativas da Prefeitura em dezembro de 1991.¹³²

Uma imagem que freqüentemente povoa o horizonte simbólico da sociedade brasileira é esta: a família pobre, ou melhor, o seu 'desarranjo', a sua dispersão e desagregação, ou mesmo a sua inexistência, é responsável, 'culpada', pelos destinos 'marginais' de seus filhos, constituindo representações sociais estereotipadas que estabelecem o destino do crime para meninos e rapazes oriundos das classes populares.

Pesquisa do Ibope¹³³ divulgada em julho de 1995 evidencia traços da opinião pública (socialmente) formada a respeito dos meninos e meninas de rua, a partir da pergunta: 'por que existem tantas crianças e adolescentes vivendo nas ruas?'. Agrupei as respostas, que podiam ser múltiplas, segundo a instância que foi responsabilizada pelos entrevistados (em %):

Tabela 4 - Causas do fato de crianças e adolescentes viverem nas ruas (em %)

Vulnerabilidade Econômica	Miséria	57
	Luta pela sobrevivência	27
Governo	Faltam programas para a juventude	37
	Faltam vagas nas escolas	22
Família	Família desestruturada	37
	Violência doméstica	26
	Mães sozinhas criando filhos	23
	Pais obrigam a trabalhar e fogem	13
Comportamental	Querem viver no crime e nas drogas	14

¹³² Dados da RMRJ, 1987 (Figueiredo et al., 1990) e estimativa da Prefeitura publicada na *Gazeta Mercantil*, 9/dez./91.

¹³³ *Jornal do Brasil* e *O Globo*, 8/jul./95.

Segundo essa pesquisa,¹³⁴ as razões que explicam a existência de crianças e adolescentes nas ruas estão vinculadas à vulnerabilidade econômica. A miséria como causa isolada principal, aliada à identificação de deficiências de ações de responsabilidade social e pública, poderiam sugerir a interpretação de uma opinião pública consciente da responsabilidade social¹³⁵ numa sociedade extremamente desigual, ou seja, a preponderância de uma explicação social para a desigualdade, superando uma visão natural ou individual em voga nos anos 50/60 (Nascimento, 1997).¹³⁶ No entanto, é a instância familiar, de ordem privada, a que proporciona maior número de motivos explicativos para a presença de crianças e adolescentes nas ruas, como se nestas famílias – além de serem pobres e não contarem com o respaldo da ação pública governamental – faltasse um ‘gancho’ que conseguisse ancorá-los em seu domínio. Uma parcela da opinião pública mantém uma explicação ‘naturalizada’ da desigualdade e o ônus maior recai sobre a família pobre que seria, naturalmente, conflituosa.

Habitantes de bairros pobres e precários, os filhos das classes populares recebem todos os estímulos para estabelecer vínculos tênues e instáveis com a escola e uma utilização crescente da rua como espaço de trabalho e lazer. Responsabilizar a estrutura familiar pelo desconcerto desse múltiplo arranjo de determinações que conduzem as crianças para trabalhar e morar nas ruas da cidade é encontrar, senão um bode expiatório, uma estereotípia da família pobre, como desagregada e promotora de seres desviantes, marginais.

No processo simbólico de criminalização das vulnerabilidades que caracterizam a pobreza, a desorganização familiar emerge como explicação para as altas taxas de criminalidade. O ‘protótipo de família desagregada’ é aquele que não é uma família nuclear completa, casal e filhos. Na realidade cotidiana, no interior da diversidade empírica, esse protótipo é a família matrifocal, a família ‘incompleta’. Zaluar não confirmou essa tese em Cidade de Deus, um dos focos de criminalidade jovem no Rio de Janeiro: 70% das famílias entrevistadas eram completas. A pesquisadora tampouco constatou a ausência de padrões culturais que sublinhassem as responsabilidades maternas e paternas, verificando a existência de papéis bem definidos. Porém, salientou a ausência freqüente da mãe e a prática usual de deixar os filhos pequenos com um irmão apenas um pouco mais velho enquanto os pais trabalham, com conseqüências no estabelecimento e reforço das redes de relações sociais e na transmissão de valores morais do grupo (Zaluar, 1994).

¹³⁴ O *Globo*, 8/jul./95. Ressalte-se a enorme influência que o instrumento de coleta pode ter sobre esse agrupamento de responsabilização.

¹³⁵ Através da fixação do salário mínimo, determinante do consumo das classes populares, para a classe dos trabalhadores pobres o governo é responsável pela carestia (baixos rendimentos e altos preços de víveres). Ver Zaluar (1994a).

¹³⁶ A pesquisa coordenada pelo autor observou contemporaneamente uma explicação social para a desigualdade entre a opinião pública de Recife e Brasília.

Uma socialização primária com vínculos mais tênues na dinâmica familiar tende a ser compartilhada, precocemente e com maior frequência, com a socialização na rua, já que a escola não funciona como anteparo social nas classes populares. Mas tanto a ausência integral do pai na família matrifocal quanto a ausência parcial da mãe no dia-a-dia por ter que desempenhar o papel de chefe provedor revelam as vulnerabilidades de uma condição de pobreza e não as referências morais de conduta; revelam uma sociabilidade excluída e não um padrão amoral de existência.

A atribuição à família pobre da culpa pelos destinos 'marginais' de seus filhos é integrante da formação de estereótipos no conjunto das representações sociais brasileiras, uma representação social que de certa forma abstrai as múltiplas dimensões da pobreza e imprime a essa condição um forte conteúdo (e controle) moral. Daí estratégias de sobrevivência, arranjos familiares 'diferentes' – práticas sociais das famílias pobres – serem cunhados como 'desagregados'; "a opinião pública acusa as classes populares pela sua própria desgraça, uma vez que identifica nas suas formas de vida, de trabalho e de moradia a sede de uma desordem moral geradora de todos os males sociais"¹³⁷ (Telles, 1990). "O apelo ao conceito de desorganização social para explicar sua família 'desagregada' nada mais seria do que manifestação da estranheza, dos que escrevem sobre a pobreza, diante de costumes diferentes do seu" (Zaluar, 1994a).

Os estereótipos são formados por cristalizações de imagens que estabelecem relações mecânicas – sem mediações e num processo de deduções lógicas – entre atributos individuais ou coletivos. Na constituição dos estereótipos opera uma ideologia que, como Arendt define,

é bem literalmente o que seu nome indica: é a lógica de uma idéia; (...) é um movimento decorrente da própria idéia, uma 'lógica' que dispensa qualquer fator externo para colocá-la em prática; um processo de dedução lógica em que a idéia gera-se a si própria, transforma-se em premissa axiomática e o processo de argumentação subsequente está inteiramente a salvo de qualquer experiência ulterior. (Arendt, 1989)

Esse encadeamento lógico de premissas e pressupostos está na base da formação de estereótipos que, no caso da população de rua, operam partindo da pauperização. Segundo a Fundação Leão XIII, o morador de rua

é submetido a um processo contínuo de inferiorização, de subalternidade, de baixa auto-estima, degradando a sua identidade política e social. Degrada-se também o nível de relações familiares, que diante do quadro de miséria e carência, transforma-se num fator de violência, submissão e de compulsão (!) à vida de rua. (FLXIII, 1991)

¹³⁷ Observe-se que essa mesma argumentação sobre o (frágil) caráter moral do trabalhador está presente desde o princípio da formação da classe operária (ver Paoli, 1992).

O morador de rua pode ser etiquetado também como o ‘anti-cidadão’, na medida em que “resiste às normas que a sociedade ora lhe nega, ora tenta lhe impor, de constituir um lar, ser um trabalhador produtivo, asseado e decente, manter-se sóbrio, pagar impostos, eleger seus representantes, dentre outras qualificações do cidadão” (Magni, 1994).

Partindo de atributos negativos pode emergir a criminalização, ainda que a pobreza desabrigada seja menos criminalizada que a pobreza abrigada em determinados espaços de moradia como favelas e conjuntos habitacionais. Em todos os casos a profecia se autocumpriu e é isso que sedimenta um estereótipo: cada caso que se ‘encaixa’ com sua história nas deduções ‘lógicas’ traça de antemão uma trajetória que associa pobreza e criminalidade. No meio policial isso pode ser levado às últimas consequências, como narra Zaluar: “para estes policiais, a associação entre pobreza e criminalidade não é uma hipótese passível de discussão; é uma verdade, profecia autocumprida que eles próprios se incumbem de tornar verdadeira pela sua ação”. Como os pobres são, nessa ‘lógica’, sistematicamente os mais afeitos à criminalidade ou ao uso da violência, eles também são os criminosos potenciais ou os suspeitos número um (Zaluar, 1994c).¹³⁸

A FAMÍLIA NA RUA x A FAMÍLIA À DISTÂNCIA

A família na rua

Encontrar famílias vivendo na rua significa que os laços afetivos do núcleo familiar não se desfizeram e a busca de alternativas se fez em conjunto. Esse grupo é tradicionalmente configurado por famílias de migrantes e contemporaneamente composto por famílias expulsas das moradias na periferia ou das favelas, devido à carência de recursos, ou aos conflitos relacionados com o narcotráfico que se sucederam ao longo dos últimos anos.

A família na rua, unida, é minoritária na população de rua do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, mas não o é em Brasília. No Rio de Janeiro, em 1993, segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), 8,3% das pessoas que moravam nas ruas na cidade do Rio de Janeiro viviam como casal e 6,6% viviam como casal com filhos.¹³⁹ Em São Paulo, apenas 5% viviam na rua com a família (Sebes, 1992). Em Porto Alegre, dos 222

¹³⁸ Ou submetidos à violência física – até assassinato! – como ocorreu em Diadema (SP) e em Cidade de Deus, no Rio de Janeiro.

¹³⁹ *O Estado de S. Paulo*, 7/fev./93.

moradores de rua entrevistados, apenas 4,5% vivia com a família e 6,3% com companheiro(a) (PUC/RS, 1995).

Além dos grupos familiares formados antes da vinda para a rua, dos casais e das mulheres com filhos (família matrifocal na rua), existem outros agrupamentos: os grupos mistos que se constituem nas ruas. Podem ser analisados como tentativas de reconstituição dos laços familiares, mas guardam características próprias, como a instabilidade e a efemeridade, opostas às dos grupos familiares na rua que buscam estratégias de sobrevivência com tendências à coesão, sedentarização e fixação.

O trabalho de campo proporcionou poucos contatos com grupos familiares. Presenciei a constituição de uma família de rua entre um casal de adolescentes, Joyce e André, e um bebê, Douglas, com 14 dias de idade. Eles tinham se conhecido na fila de distribuição de comida em Madureira. A criança tinha um padrinho e a mãe contava com uma 'vizinha', todos morando e trabalhando nas ruas de Botafogo.¹⁴⁰ Por intermédio de Solange, conheci uma família 'extensa' – provavelmente ampliada através do aluguel de crianças – que agrupava entre quatro e nove pessoas, fora os que não eram da família e dormiam no local. Solange estabeleceu e expandiu, no mínimo durante um ano, uma 'instalação' na rua Nelson Mandela, em Botafogo, que no final já contava com sofá e colchão de casal, além de outros apetrechos como sacolas, isopores e caixotes. Em fins de fevereiro de 1997 o Juizado de Menores retirou as crianças e duas semanas depois um ônibus de recolhimento – não consegui saber de que instituição – acompanhado de um caminhão da Companhia de Limpeza Urbana (Comlurb) desfez a 'instalação'.¹⁴¹

Durante o tempo em que estive em contato com Chicão, André, Manuel e outros catadores da rua Sorocaba, em Botafogo, Chicão casou. Foi morar com ele, no seu carro de catador, muito bem equipado, que ficava estacionado na frente do depósito, uma mulher jovem, por volta dos trinta anos, negra, e uma menina, muito parecida com ela, com cerca de dez anos.¹⁴² Presenciei a troca de afeto e carinho entre vários casais na rua, porém Miguel foi o único de quem obtive um depoimento sobre a experiência de viver na rua 'em casal', no caso, homossexual.¹⁴³

Em oposição à maioria da população de rua, constituída por homens isolados, ou em duplas, que teriam como característica a perambulação, os grupos familiares na rua tendem a localizar-se em espaços públicos onde o 'lar' possa

¹⁴⁰ Diário de campo, Comunidade Evangélica de Jesus, domingos, 5/11, 12/11 e 26/11/95.

¹⁴¹ Diário de campo, Comunidade Evangélica de Jesus, quarta-feira, 6/12/95 e Botafogo, domingo, 2/3/97; quarta-feira, 5/3/97; domingo, 9/3/97.

¹⁴² Diário de campo, Botafogo, terça-feira, 4/3/97; quartas-feiras, 5 e 12/3/97.

¹⁴³ Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 21/4/97.

ser minimamente reconstruído e no qual procuram fixar-se, sedentarizar-se, para prover o cotidiano de uma regularidade necessária ao seu funcionamento. As pesquisas documentam a reprodução dos afazeres domésticos pela família nos espaços públicos: cozinhar, lavar, estender a roupa, crianças brincando conferem um ar doméstico à rua. Mas não encontrei referências às transformações das funções regulamentadoras da família conseqüentes à moradia nas ruas que, como aponta a pesquisa da SDSAC/DF (1995), devem ocorrer, seja no sentido de maior frouxidão dos laços afetivos e de referência moral, seja no sentido oposto.

A modalidade de territorialização das famílias nas ruas difere não apenas dos indivíduos isolados ou em duplas, como também dos grupos mistos. No Rio de Janeiro, nos primeiros anos da década de 90, a SMDS, através de seus levantamentos, divulgou a existência de dois perfis da população de rua: os que viviam sob viadutos – famílias que constituíam comunidades – e os que viviam nas ruas e praças, que raramente constituíam comunidades.

A família, para manter-se como estrutura afetiva e econômica, tem necessidade de fixação territorial (Vieira, 1995), daí a procura de espaços sob viadutos, onde estão organizados em unidades familiares (Martins, A. L., 1993). Esse é o melhor espaço público para ‘juntar seu povo’, reunindo familiares dispersos em outros estados ou provendo um teto para uma família local desabrigada. Em 1991, pesquisa da SMDS entrevistou 3.358 pessoas nas ruas: a maior concentração de pessoas foi sob o viaduto do Santo Cristo, onde viviam cerca de 80 famílias.¹⁴⁴ Também em São Paulo a ocupação dos viadutos apareceu “como forma mais expressiva deste novo quadro de moradia na cidade”.¹⁴⁵

Nas comunidades sob viadutos, Martins observou a presença de unidades familiares em sua maioria constituídas de homens, mulheres e filhos ou mulheres e filhos, e também a presença de parentes: irmãos, sobrinhos, netos e amigos que dividiam a mesma casa. Essas ‘famílias extensas’¹⁴⁶ constituíam sob os viadutos uma rede de parentesco e vizinhança, com solidariedades e conflitos similares a qualquer comunidade pobre precariamente abrigada. As formas de cooperação e solidariedade observadas sob viadutos no Rio de Janeiro são semelhantes às descritas por Agier na ‘avenida’ em Salvador, ou por Zaluar, na Cidade de Deus; são espaços em que a organização de vida em família aparece como grupo social significativo. Os conflitos “não chegavam a impedir que se constituíssem localmente um sentimento de grupo” (Martins, A. L., 1993). A grande diferença está na propriedade do espaço – público – dos moradores sob viadutos.

¹⁴⁴ *O Dia*, 19/out./91.

¹⁴⁵ *O Globo*, 20/abr./95.

¹⁴⁶ Martins sinaliza a diferença entre as unidades familiares sob viadutos e a família patriarcal extensa. As primeiras “são o que restou da violenta dispersão de antigas famílias nucleares de origem” (Mello, 1988, apud Martins, A. L., 1993.)

As histórias habitacionais pregressas dos entrevistados por Martins se faziam acompanhar de apreciações sobre a nova moradia. Os viadutos se apresentavam para uns como a escolha possível para manter a vida organizada em moldes familiares, ao invés de viver na rua ao relento, em albergues ou em bairros distantes que inviabilizariam a sobrevivência. Para outros era sinal de que a vida tinha piorado, que a pobreza estava mais aguda (Martins, A. L., 1993).

Pesquisa realizada pela SDSAC/DF, em 1995, em Brasília, um espaço urbano de muitas especificidades, evidenciou quatro grupos principais na população de rua. Cada grupo tinha uma localização e uma forma de demarcar seu território. Os grupos fixos detectados pela pesquisa na Asa Norte eram grupos que variavam de duas ou mais famílias, que se auto denominavam 'parentes'. Algumas famílias estavam em Brasília há mais ou menos três anos, muitas das quais circulando em movimentos contínuos de migração para seu local de origem. Essa mesma caracterização foi encontrada em outra investigação realizada em 1996, com 150 famílias migrantes que chegaram na cidade após 1º de janeiro de 1995 e moravam nas ruas e espaços públicos de Brasília. Essa última pesquisa foi além por traçar a inserção social da estrutura familiar migrante em Brasília através da 'economia política do lixo'. Os catadores-carroceiros não são organizados em associações, mas, em seus locais de moradia, vigora uma estrutura bem formal de organização; são comunidades relativamente fechadas, em geral circunscritas a relações de parentesco ou, pelo menos, de afinidade (contrerrâneos). Cada grupo, que pode variar de quatro ou cinco até vinte famílias, tem uma liderança – o mais velho ou o mais antigo em Brasília, com a superioridade hierárquica dos pioneiros (Bursztyn & Araújo, 1997).

A estreita relação entre a população de rua e as atividades de coleta do lixo é evidenciada em todas as cidades. A preponderância da estrutura familiar ou comunitária na economia política do lixo caracterizada em Brasília parece ser conseqüente à predominância que o grupo familiar tem no interior do conjunto da população de rua do DF,¹⁴⁷ diferenciando-se do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Porém, como em qualquer lugar, a tendência da unidade familiar desabrigada é procurar um lugar onde assentar-se, e a partir desse assentamento sejam possíveis variadas estratégias de sobrevivência no espaço urbano.

A família na rua é alvo de uma maior repressão institucional, já que não é aceita nem social nem juridicamente. A ausência de um domicílio que abrigue a família gera o recolhimento das crianças pelo Juizado de Menores, além de ser motivo de perda do pátrio poder (Magni, 1994). Geralmente as soluções

¹⁴⁷ Quase a metade (44%) dos chefes ou cônjuges entrevistados em Brasília, em 1996, vivia em concubinato, sendo apenas 23% casados oficialmente; 26% não tinham dependentes (filhos ou parentes que sob a forma de dependente participam da renda familiar), 29% tinham de um a dois dependentes, e 20% tinham de três a quatro dependentes (Bursztyn & Araújo, 1997).

institucionais provocam a dispersão familiar, enviando crianças e pais para locais separados, imprimindo uma vulnerabilidade das relações familiares que até então, mesmo na rua, estavam preservadas. "Homem de 29 anos, mulher de 36 anos, menina de sete anos e menino de seis anos: preferem as ruas à opção da Prefeitura que é mandar o casal para abrigo da LBA em Itaipu e as crianças serem entregues ao Juizado de Menores".¹⁴⁸

Em suma, as famílias que passam a morar nas ruas e espaços públicos das cidades tendem a fixar-se e sedentarizar-se em um local que permita a reorganização em moldes familiares e vicinais (comunitários), como os viadutos. Quando não conseguem esse tipo de abrigo e se instalam nas calçadas, são mais vulneráveis à repressão institucional, cujas soluções tendem a dispersar o grupo familiar. Por outro lado, a coesão familiar confere legitimidade aos pedidos de auxílio junto às entidades de assistência privada.

A família à distância: contatos familiares e tempo de moradia nas ruas

Como já foi assinalado, a maioria dos moradores de rua é composta por homens sós, sem convivência permanente com o grupo familiar. A família nuclear ou de origem está à distância, ainda que em graus variados de afastamento (modalidades e regularidade dos contatos familiares). Também ficam à distância os papéis que deveriam ser desempenhados nessas unidades familiares. Essa distância pode ser também – mas não somente – geográfica.

A pesquisa da Sebes/SP aponta que a frequência dos contatos independe da presença de parentes na cidade, mas que é proporcional ao tempo de permanência na rua. A maioria dos moradores de rua tem família; os órfãos e abandonados constituem apenas 5% do grupo entrevistado. Os 95% restantes mantêm contato com os familiares raramente (20-30%), ocasionalmente (35-40%) ou freqüentemente (25%-30%). Não pode ser menosprezado o fato de que cerca de 70% da população pesquisada nos abrigos, casas de convivência e albergues eram originários de outros estados (Sebes, 1992). Isso não significa não ter parentes em São Paulo, mas pode indicar o afastamento da família nuclear ou de origem, e vínculos familiares consanguíneos mais tênues.

A pesquisa de Porto Alegre também aborda a frequência e a qualidade dos contatos familiares: 37,8% têm contato familiar; 47,8% não têm e 14,4% não responderam. Entre os que têm contato, 24,8% visitam freqüentemente a família, 10,7% visitam eventualmente para ver os filhos, 38% visitam raramente, 13,2% escrevem ou telefonam raramente. "Chama a atenção a eventualidade, a casualidade e a raridade com que estes contatos são efetivados" (PUC/RS, 1995). Entre os 47,8%

¹⁴⁸ O Fluminense, 11/mai./93.

que não mantêm contato com a família, a grande maioria (56,6%) alega como motivo “problemas de relacionamento familiar”, 11,3% declaram não ter familiares, 11,3% justificam dizendo que a família mora distante e 10,4% dizem que não visitam os familiares porque têm vergonha da situação (PUC/RS, 1995).

O tempo de moradia nas ruas permite avaliar indiretamente a desvinculação sociofamiliar, além de possibilitar situar conjunturas no processo de desenvolvimento histórico-social do país, já que essas conjunturas promovem aumento ou diminuição da população de rua. Informações coletadas pela Sebes/SP, divulgadas em junho de 1992, indicavam que 44% dos moradores de rua viviam nessas condições há menos de seis meses. Em setembro de 1995, o Datafolha indicou que 38% dos moradores de rua estavam nessa condição há menos de um ano, denominando-os “mendigos do Real”, em referência ao plano de estabilização econômica implementado a partir de julho de 94. Mas a mesma pesquisa revelou que o segundo maior subgrupo (26%) do conjunto era o dos que estavam nas ruas há mais de seis anos, ou seja, no mínimo a partir de 1989 tinham passado a residir nas vias públicas. Tanto em São Paulo quanto em Porto Alegre, em 1995, cerca de 35% da população de rua eram habitantes ‘crônicos’.

Em setembro de 94, levantamento da prefeitura de São Paulo havia detectado a existência de 4.549 pessoas morando nas ruas, das quais 46% eram naturais da região Sudeste, e 29% do próprio estado de São Paulo. A distância geográfica deve constituir elemento preponderante do afastamento do convívio familiar para os demais (12% de Minas Gerais, 40% oriundos da região Nordeste, 12% da região Sul e 2% da região Centro-Oeste). Ainda mais considerando-se que 31% eram casados e 53% tinham um ou mais filhos (Datafolha, 1995).¹⁴⁹

O tempo de moradia nas ruas foi agrupado em recentíssimo (menos de um mês), recente (menos de seis meses), intermediário (entre seis meses e um ano), prolongado (entre um e quatro ou cinco anos) e crônico (mais de quatro ou cinco anos). São períodos de tempo que demarcam fases da vida na rua, que podem ser bem caracterizadas por momentos nos quais se apresenta o dilema de tentar sair da rua ou nela permanecer, ainda que, progressivamente, talvez, com menor intensidade. O quadro a seguir apresenta a distribuição percentual do tempo de moradia na rua nas cidades.¹⁵⁰

¹⁴⁹ A pesquisa Datafolha foi publicada na *Folha de S. Paulo*, 3/set./95.

¹⁵⁰ Como assinalado na metodologia o quadro apenas apresenta informações das cidades, sem o propósito comparativo. Sobre o Rio de Janeiro dispomos apenas da informação de novembro de 1994, em matéria obtida junto à Fundação Leão XIII, que apontava para “o contingente de quase 9 mil moradores de rua (...) que vive nas ruas há menos de 2 anos”.

Tabela 5 - População de rua segundo tempo de moradia nas ruas, em São Paulo e Porto Alegre (em %)

Tempo de moradia na rua	São Paulo	Porto Alegre	Ano chegada
Recentíssimo - > 1 semana < 1 mês	2	6,3	1995
Recente - > 1 mês < 6 meses	21	14,0	1995
Intermediário - > 6 meses < 1 ano	15	7,2	1994
Prolongado - > 1 ano < 5 anos	30	24,3	1991-93
Crônico - > 5 anos	33	37,8	1990 e antes

Fonte: Datafolha, 1995; PUC/RS, 1995

Nas fichas de moradores de rua da Comunidade Evangélica de Jesus, apesar de um elevado percentual (40%) sem informação, encontrou-se uma distribuição semelhante às demais pesquisas, isto é, concentração nos grupos recente e prolongado ou crônico.

Tabela 6 - População de rua segundo tempo de moradia nas ruas, Comunidade Evangélica de Jesus, Rio de Janeiro, 1995

Tempo de rua	Nº	%	Ano chegada
Recentíssimo - > 1 semana < 1 mês	7	2,9	1995
Recente - > 1 mês < 6 meses	47	19,3	1995
Intermediário - > 6 meses < 1 ano	24	9,8	1994
Prolongado - > 1 ano < 5 anos	39	16,0	1991-93
Crônico - > 5 anos	25	10,2	1990
Sem informação	97	39,7	
Não mora na rua	5	2,0	
TOTAL	244	100,0	

Fonte: Comunidade Evangélica de Jesus, 1995

Além do distanciamento físico propiciado pelas migrações, a desvinculação no eixo sociofamiliar apresenta-se como um processo de afastamento gradativo, em que a frequência dos contatos diminui e a condição de estar morando na rua tenta ser oculta, é um 'segredo'.

O afastamento gradativo pode ser bem evidenciado na trajetória de Rodrigo, garoto de 13 anos que participava da 'instalação' de Solange, em

Botafogo. Está na rua desde fevereiro de 1997, mas não foi a primeira vez que saiu de casa: “a bem dizer eu estou na rua há uns cinco anos” (1992). Já fugiu de casa várias vezes, segundo ele, “todos os anos”. Os tempos de permanência na rua eram menores e a cada fuga estão aumentando. Na primeira vez não sabia de nada, foi para um lugar onde ficou “parado, olhando”. Depois, disse ter aprendido “de tudo”. Rodrigo mencionava manter contatos com a mãe através de uma funcionária de uma instituição assistencial privada.¹⁵¹

Luiz Augusto também conta uma trajetória de idas e vindas da rua, relatando que das primeiras vezes foi morar ou nos alojamentos das obras em que trabalhava, ou na praia do Recreio dos Bandeirantes. Depois voltou para a casa da irmã em Belford Roxo (Baixada Fluminense), mas tornou a sair e ficava nas redondezas, dormindo em bancos de praças. Desde fevereiro deste ano está morando nas ruas e desta vez decidiu “vir cá pra baixo”, ou seja, a Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Os irmãos não sabem que ele está morando na rua, nem podem saber. Luiz Augusto lhes disse que está morando com uns amigos. Esconde a condição de morador de rua também do dono do depósito de bebidas para quem trabalha nos fins-de-semana, pois ele conhece sua irmã.¹⁵²

A baixa frequência e a pequena intimidade dos contatos, principalmente nos casos de migração, permite que a maioria das famílias dos moradores de rua ignore essa sua condição. Becker analisa as estratégias – clandestinidade, segredo e dissimulação – utilizadas na esfera dos contatos sociais por fumantes de maconha para ocultar sua condição dos não-fumantes, cuja opinião lhes é importante e que se exerce sobre eles, fumantes, como mecanismo de controle social (Becker, 1985). São frequentes os depoimentos que revelam que mesmo a pobreza abrigada procura afastar-se da “temida platéia de sua comunidade de origem” para exercer a mendicância ou pequenas vendas (Stoffels, 1977; Silva & Milito, 1995).

O sucesso das estratégias de ocultamento e segredo da condição de morador de rua em relação aos familiares depende de os contatos serem poucos e distantes. Com os transeuntes em geral esse sucesso depende de se conseguir dissimular na aparência sua condição de sem-teto. Embora os moradores de rua tomem algumas precauções para evitar encontrar conhecidos, as tentativas de dissimulação têm poucos resultados e, com o passar do tempo, o ocultamento torna-se mais complicado e a clandestinidade impossível. O ocultamento da situação tem também o sentido de preservar uma imagem de si próprio junto à família, que permanece como referência afetiva básica (Sebes, 1992).

Miguel, peruano com parentes no interior do estado de São Paulo, é bastante bem-sucedido na dissimulação de sua condição de morador de rua, por

¹⁵¹ Diário de campo, Botafogo, domingo, 2/3/97.

¹⁵² Diário de campo, Botafogo, quinta-feira, 20/3/97.

ser vaidoso e cuidar muito de sua aparência. De todos os seus amigos, apenas seu namorado Guto e uma amiga sabem que ele mora na rua, os demais conhecidos que não vivem nas ruas não sabem. Quando encontra, na situação de pedinte, com um antigo vizinho, diz: “que vergonha”. Miguel diz que ninguém (da família) sabe: “é ruim deles saber”. Telefona para a mãe uma vez por mês, diz que está tudo bem: “está ótimo, eu não vou falar assim: ‘tô morando embaixo de uma marquise’”. Ela não tem nenhum endereço dele: “eu inventei uma história que o serviço que eu estou trabalhando quase nunca fico em casa, entendeu? Então é melhor que eu sempre ligo pra ela”.¹⁵³

Roni, cearense que conheci como primeiro companheiro de andanças de Luiz Augusto, contou que se deparou com a situação de pedir pão numa padaria cujo gerente tinha sido seu patrão. Roni conseguiu evitar o encontro: “ainda bem, senão queimava o filme”. Chicão, líder dos catadores da rua Sorocaba, em Botafogo, que tem mãe viva em Minas Gerais, me diz que falar com ela “é difícil”.¹⁵⁴ Segundo Cícero, seus familiares em João Pessoa (PB) não têm idéia de que esteja morando na rua, mas também, desde que saiu de casa, nunca mais falou com eles.¹⁵⁵ Marcelo, que é carioca, disse aos familiares – mãe e irmãos – que estava morando numa hospedaria. Eles não sabem que ele está morando dentro de uma kombi no Humaitá. Marcelo acha que o pai (taxista) desconfia por sua aparência.¹⁵⁶

A única exceção dentre os depoimentos que obtive foi André, catador da rua Sorocaba: ele me disse que falou com sua mãe (em Salvador, BA) pelo telefone e lhe contou que está trabalhando catando papel e morando na rua. Ela lhe disse para ir “embora para casa” mas ele diz que não vai.¹⁵⁷

Mesmo à distância, a família mantém seu poder de referência afetiva. Essas referências se apresentam sob variadas formas de representações que os moradores de rua fazem sobre suas famílias: como empecilho à vida ‘em liberdade’, como inadequada ao seu modo de vida, como motivo de ressentimento, mágoas e vergonhas, como lembranças carinhosas, com ambigüidades, como poço de cobranças, como impossibilitada de dar-lhe suporte material, como âmbito de convívio impossível, como lugar onde era bom de se estar. Os catadores-carroceiros, que ‘moram andando’, referem-se à família como inadequada ao seu modo de vida, andarilho e sem compromisso, e, efetivamente, não constituíam relações em moldes familiares, percebendo essa possibilidade objetiva como um futuro remoto (Martins, A. L., 1993). Crianças e adultos em situação de rua

¹⁵³ Diário de campo, Cícero & Miguel, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

¹⁵⁴ Diário de campo, Botafogo, domingo, 9/3/97.

¹⁵⁵ Diário de campo, Copacabana, quinta-feira, 17/4/97.

¹⁵⁶ Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 21/4/97.

¹⁵⁷ Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 12/3/97.

referem-se à família como empecilho à vida 'em liberdade'. Além disso, consideram que a família não tem nada para lhes oferecer, já que também é muito carente, além de fazerem excessivas cobranças. Enfim, são apresentadas como a família com a qual não se acostumam mais a viver.

Todas essas são manifestações de relações simbólicas com a família, relações imaginadas, porque não se concretizam,¹⁵⁸ positiva ou negativamente, e que revelam esse poder de referência que a família mantém, mesmo à distância.

Algumas referências parecem, com o tempo e a distância, ter 'aparado' os conflitos na memória, quando então a família aparece idealizada e o morador de rua culpa a si próprio. No caso, a idealização envolve, além de um passado com imagens de uma família carinhosa e amorosa, agregadora, também um futuro no qual será possível voltar ao seio desta ou de uma nova família. Na idealização do passado há um descolamento de uma realidade de vulnerabilidades que estiveram na origem do seu afastamento familiar; na idealização do futuro há um descolamento da concretização (e de sua própria participação) da série de eventos que viabilizarão o (re)encontro, tornando-o um 'futuro condicional'. Tanto num caso como no outro são histórias de vida inventadas ou prospectivas nas quais os moradores de rua podem se apoiar para viver, uma referência de vida, mesmo que seja apenas na imaginação. Orientada ao redor da figura feminina, mesmo sob uma representação negativa, a família se mantém "simbolicamente em algo como um ponto fixo em torno do qual homens e mulheres podem contar uma história e montar uma biografia, atribuir sentido às suas existências e montar projetos de futuro" (Telles, 1990).

Nas relações imaginárias familiares, mesmo quando os laços estão rompidos como relação cotidiana efetiva, existe uma figura feminina que é evocada quando se fala no tema. Wanda, da Comunidade Evangélica de Jesus, me dizia a respeito dos moradores de rua atendidos pela entidade: "na vida desses homens da rua sempre tem uma mulher – a mãe que os abandonou, ou que casou de novo e preferiu o companheiro ao filho, ou a companheira que desfez os laços familiares, sempre tem uma mulher".¹⁵⁹

Ao longo do processo de afastamento de uma situação familiar conflituosa, a família segue sendo utilizada como recurso para suprir, ainda que ocasionalmente, certas necessidades como banho, roupas limpas, comida e até dormida. Nesse caso, a família recebe uma referência afetiva negativa, porém se mantém como recurso de sobrevivência, numa relação instrumental com tendência à

¹⁵⁸ Foi curioso observar e depois ratificar na leitura de *Vozes do meio-fio* (Silva & Milito, 1995) o gesto repetido de usar os telefones públicos – mexer, discar, desligar – mas sem ficha, cartão telefônico, ou mesmo um número. É um 'cacoete comunicacional', pois é um gesto repetitivo que não produz um resultado – falar com alguém – e me parece fazer parte das relações imaginadas.

¹⁵⁹ Diário de campo, Comunidade Evangélica de Jesus, domingo, 12/11/95.

ruptura do vínculo. Era o caso de Renato e seu companheiro de andanças, que encontrei em Copacabana. Os dois rapazes, em torno dos vinte anos, recorriam de maneira 'utilitária' às suas famílias – o amigo de Renato contava: “eu não falo com meu pai mas durmo no carro dele”.¹⁶⁰

Os sentimentos de afetividade que orientam essas referências familiares são positivos, ambíguos e negativos. Ressentimentos, mágoas, desavenças são referências freqüentes. Por vezes, o depoimento não é de que a família não tenha nada a oferecer e sim de que, mesmo tendo, a família não vai querer dar (afeto, apoio material, lugar). Mas o sentimento mais freqüente em relação à família que se situa à distância parece ser o de vergonha associado ao 'futuro condicional', isto é, a possibilidade de restabelecer o convívio familiar anterior ou constituir nova família, desde que consiga preencher uma série de requisitos como 'acertar a vida primeiro', 'não voltar fracassado' ou não aparecer 'de mãos vazias'.

O futuro condicional também pode emergir como 'idealizações de futuro', no qual a família (re)constituída é um eixo central ainda que associado a trabalho e moradia. Na pesquisa de Stoffels, na década de 70, os mendigos de São Paulo referiam-se à expectativa de interromper a atividade de mendicância desde que fosse possível: retornar à área rural, conseguir um trabalho cujos rendimentos fossem similares aos da mendicância, manter a atividade como complementar a um trabalho regular ou manter a atividade a fim de que os filhos nunca adotassem a prática do pedido. Mesmo aqueles pedintes que não tinham filhos, erigiam “o filho em figura imaginária, suscetível de ser suporte de um projeto de trabalho ou estudo” (Stoffels, 1977) num futuro distante e condicional.

Solange afirmava várias vezes que, caso conseguisse recuperar suas crianças que estavam no Juizado de Menores, não voltaria a 'descer' para Botafogo, que o companheiro é quem viria trabalhar e ela ficaria em casa, cuidando das crianças.¹⁶¹ Quando perguntei a Marcelo sobre seu futuro, ele me respondeu: “futuro é voltar para casa”. Para isso, precisava “resolver o assunto da bebida” mas, segundo ele, já estava parando. Eram mais planos que situações concretas, pois me contara da noite anterior bebendo com os amigos até de madrugada – ao meio-dia ainda tinha cheiro de bebida.¹⁶²

Miguel dizia que nunca mais voltaria para casa de seu tio, no interior de São Paulo: “daqui, só se eu voltar pra minha terra”. Mencionava a vontade de voltar como um futuro longínquo:

¹⁶⁰ Diário de campo, Copacabana, sábado, 22/2/97.

¹⁶¹ Diário de campo, Botafogo, domingo, 2/3/97.

¹⁶² Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 21/4/97.

*eu não posso voltar pra casa do jeito que eu tô, por isso eu queria arrumar um quarto pra mim, estabilizar-me de novo, ir juntando meu dinheiro, levar minha vida normal como eu tinha antigamente, depois, comprar minhas coisas como eu tinha e aí eu agarrar e voltar pra minha casa; vou chegar na minha casa de bermuda e uma mochila nas costas?*¹⁶³

Cícero retirava do horizonte próximo qualquer possibilidade de voltar para sua família, em João Pessoa:

*às vezes eu penso em voltar, sabe? mas voltar da forma que eu tô não posso não... eu tenho a maior vergonha de voltar pra minha casa da forma que eu tô, destruído, tinha que tar bem melhor, sabe? Ó só, vou falar uma coisa..., sem dente, sem roupa, sem nada, sei lá, destruído totalmente, não volto não.*¹⁶⁴

Morar nas ruas permite abandonar papéis que não se conseguia ou não se tinha mais vontade de cumprir, como, principalmente, a do chefe provedor. Porém, essa 'renúncia' ou 'deserção' implica o abandono do papel de pai. Em São Paulo, 53% dos moradores de rua tinham filhos (Datafolha, 1995) e supõe-se que viviam afastados deles. Dentre os meus entrevistados com filhos, as referências eram de que alguém (a mãe, a avó) estaria cuidando das crianças, como era o caso de André, catador da rua Sorocaba, e de Luiz Augusto. Ou senão como Araújo, que via suas crianças apenas em sonho: ele contou que sonhara com a cunhada lhe dizendo que as crianças estavam bem, que Deus estava cuidando delas.¹⁶⁵

A fragilização dos laços familiares de origem, o abandono de papéis que supostamente entrelaçam responsabilidades e afetos propiciariam a reprodução de uma modalidade 'frouxa' de relacionamentos afetivos e familiares, tendo o efêmero, o casual, o inconstante como características das novas relações estabelecidas. Vários depoimentos indicam uma análise nesse sentido.

Ficar muito tempo sem ver filhos pequenos que estão em constante transformação, estar ausente do desenvolvimento da sua personalidade são ocorrências 'naturais'. Luiz Augusto, por exemplo, só voltaria a ver suas filhas quando tivesse um dinheiro 'bom' para levar. Outros acabam por distanciar-se tanto que nunca mais têm notícias. Gilberto, 39 anos, natural da zona rural do Espírito Santo, saiu de casa aos 15 anos e nunca mais – há 24 anos – viu seus pais. No Rio, durante seis anos, constituiu família nuclear com mulher e filho, morando embaixo de um viaduto em Pilares. Separado há cinco anos da mulher, depois da separação não soube mais do destino da mulher e do filho (Rangel, 1996). Dona

¹⁶³ Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

¹⁶⁴ Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97 e Copacabana, quinta-feira, 17/4/97.

¹⁶⁵ Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 16/4/97.

Maria, entrevistada por Martins, dizia que, dos quatro filhos, só tinha notícia de dois, que visitava periodicamente. Os outros tinham se “perdido pelo mundo” e não sabia deles. Contou que uma vez viu a menina na Cinelândia acompanhada de outras crianças de rua (Martins, A. L., 1993). São todos exemplos de referências familiares frágeis e até mesmo ausentes, que colaboram no estabelecimento de um tecido relacional, seja familiar seja em agrupamentos, caracterizado principalmente pela efemeridade e pela baixa densidade do vínculo.

TRAJETÓRIAS DE DESVINCULAÇÃO NO EIXO SOCIOFAMILIAR

Castel (1991) elabora um eixo de análise da desvinculação social em que examina a densidade da inscrição relacional dentro das redes familiares e de sociabilidade, num leque de posições entre a inscrição sólida e o isolamento social total.

Em sua análise, esse autor percorre um período histórico em que o trabalhador, na França, saiu do “reino da tutela” e entrou no regime do contrato, sendo sua parte mais frágil. A tutela limitava e até oprimia mas conferia em troca um lugar de pertencimento, uma comunidade, uma “solidariedade próxima” que protegia. O regime do contrato libertou o trabalhador, mas o deixou também à sua própria sorte. Como anteparo à fragilização da condição operária, em que há transformações menos protetoras das redes de integração primária, foram construídas, na luta política, solidariedades secundárias, coletivas e públicas, no caso a constituição de um estado de bem estar social.

A desvinculação na dimensão sociofamiliar, tal como entende Castel, é uma ruptura em relação à estas redes de integração primária no sistema de interdependência fundado sobre o pertencimento comunitário.

Há o risco de desvinculação quando o conjunto de relações de proximidade que envolve o indivíduo sobre a base de sua inscrição territorial, que é também sua inscrição familiar e social, encontra-se em dificuldades para reproduzir sua existência e para assegurar sua proteção. (Castel, 1995)

O processo de desvinculação sociofamiliar atravessa momentos que variam entre a inserção sólida e o isolamento total, apresentando fragilidades, labilidades e vulnerabilidades dos laços familiares, das redes de integração primária. Castel oferece as bases para analisar as transformações das estruturas familiares que aumentam a sua vulnerabilidade a trajetórias de desvinculação, enquanto Paugam contribui na análise do significado dessas rupturas no plano individual. Na fase de ‘fragilidade’ ainda pode existir algum suporte familiar; na

fase de 'dependência' os laços sociais estão se debilitando e a família não proporciona suportes; e na fase de ruptura há uma desvinculação de laços sociais e/ou sua completa exaustão. A ausência de relações com a família e com solidariedades primárias conduz a uma forte deterioração pessoal (e o uso abusivo de álcool e drogas) (Paugaum, 1994).

No contexto social francês, em que ações estatais e públicas são empreendidas como amparo para as vulnerabilidades e vicissitudes e funcionam amplamente como proteções sociais secundárias, Castel identifica uma fragilização geral do tecido relacional da família moderna e uma fragilidade especial das famílias economicamente desfavorecidas e com horizontes limitados de recursos relacionais. Por um lado, as transformações relativas ao poder tutelar levaram ao estabelecimento de uma parceria familiar fundada sobre uma relação de igualdade entre os papéis familiares, a 'democratização' da família, além dos índices que indicam a retração das redes familiares e o empobrecimento dos suportes relacionais. Por outro lado, é empiricamente verificado que a dissociação familiar "acelera o processo de precarização daqueles que estavam já vulneráveis antes da ruptura" (Claude Martin, apud Castel, 1995). Uma família restrita, sobretudo nos meios populares, significa pequena abertura para as relações sociais e profissionais, exceto aquelas do pai e, eventualmente, da mãe. Para as famílias monoparentais, o horizonte é ainda mais limitado (Castel, 1991).

Na França, assim como no Brasil, a estrutura familiar matrifocal é a mais vulnerável à pobreza. No entanto, entre esses dois países há distinções numéricas e qualitativas na condição de pobreza, na amplitude e acesso às redes secundárias de solidariedade e proteção, além dos diferentes significados simbólicos do grupo familiar no conjunto das relações sociais.

Castel identifica uma "espécie de espiral entre diferentes tipos de exposição da família aos riscos", no processo que chamei de incidência de vulnerabilidades associadas e cumulativas da pobreza. As transformações da estrutura familiar que aconteceram no sentido de seu estreitamento de recursos relacionais e na liberação em relação às tutelas tradicionais produziram efeitos diferenciados segundo os tipos de família, e os membros das famílias economicamente mais precárias e socialmente mais desprovidas puderam ter "a experiência negativa da liberdade": "descobre-se então que a liberdade sem proteção pode conduzir à pior das servidões, aquela da necessidade" (Castel, 1995). Ainda que esteja por ser demonstrado como se articulam os planos do capital relacional e da precariedade econômica, cujas relações complexas estabelecem várias situações intermediárias,

a hipótese parece amplamente verificada nas situações extremas que associam expulsão total da ordem do trabalho e isolamento social: os sem domicílio fixo, por exemplo, como homólogo moderno do vagabundo das sociedades pré-industriais. (Castel, 1995)

No entanto, se a situação de desemprego pode conduzir à ruptura dos laços familiares, também pode levar a uma mobilização dos recursos familiares. E, de fato, os dados permitem uma outra leitura, a que sublinha os fatores de permanência da estrutura familiar, pois a maioria das famílias, vulneráveis ou não, está estruturada de forma nuclear e restrita.

A labilidade da unidade familiar conseqüente a todas essas transformações se assenta, no caso da França, num contexto de vulnerabilidade de massa pós-proteções sociais, associado a elevados índices de desemprego. A 'proteção próxima', em que a família e o território eram as referências de proteção, já tinha sido integralmente substituída pela proteção social secundária das ações públicas institucionalizadas. A problemática contemporânea é a retração drástica da proteção social frente a uma precarização do trabalho. No caso da sociedade brasileira, o desenvolvimento econômico expandiu e aprofundou as vulnerabilidades associadas à pobreza, mantendo-se a unidade familiar como principal suporte das relações sociais da classe trabalhadora pobre, que nunca chegou a ser substituído ou significativamente complementado por ações públicas. Nesse território da desigualdade assentam-se movimentos mais contemporâneos, similares aos franceses, de fragilização da estrutura familiar moderna, com retração das redes familiares e empobrecimento dos suportes relacionais, de configuração de famílias monoparentais e restritas, de precarização da inserção no mundo do trabalho e de diminuição das atividades públicas.

Na desvinculação sociofamiliar de origem perde-se o lugar de pertencimento. Essa situação de crise afetiva e material pode ter diferentes significados nas trajetórias individuais na medida em que a rede primária venha a ser substituída por uma nova família (nuclear) e/ou por meio de inserções nas relações de vizinhança e no mundo do trabalho. As proteções secundárias, públicas e coletivas interferem também nas conseqüências dos processos de desvinculação e ruptura familiar.

Ao se analisarem as trajetórias dos moradores de rua é possível caracterizar percursos em que vão perdendo sua inscrição relacional primária e, em geral, criando dependências institucionais. O processo de desvinculação sociofamiliar apresentou uma tendência à ruptura e esteve associado a uma deterioração pessoal com o uso abusivo de álcool. As famílias de origem dos moradores de rua apresentavam vulnerabilidades múltiplas e cumulativas da condição de pobreza. Nas trajetórias verificou-se tanto a associação da pobreza ao movimento quanto a socialização primária compartilhada com a rua, estabelecendo um limiar de maior fragilidade de desvinculação com o eixo sociofamiliar.

Após o afastamento/rompimento com a família de origem, para o habitante das ruas é difícil estabelecer nova família com a mesma intensidade e permanência, e assim como a classe trabalhadora pobre em geral não pode

recorrer às inexistentes ou frágeis proteções secundárias, públicas e coletivas. As redes sociais que estabelece com companheiros de rua e entidades assistenciais, que lhes conferem novas unidades de pertencimento e lhes atribuem identidades socialmente estigmatizadas, são relações caracterizadas pela ambivalência, propiciando socializações efêmeras e instáveis. Seu tecido relacional estaria composto por “sociabilidades flutuantes” – fenômeno abordado por Castel –, pois,

na ausência de uma socialização primária consistente, também não encontram outras referências que promovam o estabelecimento de vínculos, tornando-se indivíduos sem lugar e sem referências, que vagueiam por entre feixes de relações efêmeras (Castel, 1991).

AGRUPAMENTOS: fragmentações e recomposições

Viver nas ruas, segundo o conjunto de estudiosos sobre o assunto, constitui um modo de vida composto por um cotidiano e estratégias de sobrevivência, em que a rua é o “grande arsenal de recursos” (Vieira, 1995). Nesse modo de vida há formas específicas de utilização da cidade e de apropriação dos recursos urbanos para garantir a sua sobrevivência. Inicia-se, na rua, um novo processo de socialização. Na rua a formação de grupos é uma estratégia de segurança e de sobrevivência.

Tabela 7 - População de rua segundo constituição ou não de grupos e tipos de grupos. Porto Alegre e Rio de Janeiro

Agrupamentos	Porto Alegre	Rio de Janeiro	
	1995	1986	1991
Sozinho	28,0	43,2	51,5
Em grupo	55,4	44,1	29,3
Casal	6,3	7,3	8,3
Com família	4,5	-	-
Casal com filhos	-	2,7	6,6
Em grupos com filhos	-	2,7	3,0
Com amigo (dupla)	5,8	-	-

Fonte: PUC/RS, 1995; FLXIII, 1991

Na cidade de São Paulo a contabilização da população de rua foi feita segundo pontos de localização de grupos de pernoite. Em 329 pontos de pernoite com 3.392 pessoas foi observada a seguinte composição dos grupos:

Tabela 8 - Composição dos grupos nos pontos de localização, São Paulo

Pontos exclusivos	% de pontos	Grupos mistos	% de pontos
Masculinos	51,1	Homens e mulheres	15,8
Femininos	2,4	Homens e crianças	4,3
Crianças	0,6	Homens, mulheres e crianças	22,8

Fonte: Sebes, 1992

Qual o significado dos agrupamentos? Constituem as referências ‘familiares’ e sociais possíveis nos limites de sua nova socialização na rua?

O modo de vida na rua, na medida em que inverte os princípios de organização social entre os espaços públicos e privados, confere enormes restrições que impedem ou dificultam reconstruir relações sociais baseadas no modelo familiar (Neves, 1983). Reconstituir a família na rua não é de todo impossível, porém as observações e informações não indicam ser este o movimento. É o agrupamento a unidade de referência, de pertencimento que confere ao indivíduo morador de rua um suporte similar ao da família, em suas funções de sobrevivência e reprodução, podendo assim ser considerado como substituto da família. O agrupamento seria tão fundamental na estratégia de sobrevivência, entendida enquanto proteção e segurança, que não teria importância com quem se agrupar e sim o ato de agrupar-se (Sebes, 1992):

Stoffels considera o grupo como “elemento-tampão” entre a rua, lugar público e *habitat* total que concretiza a decadência, e a condição pessoal e social do mendigo. Funcionaria o agrupamento como uma espécie de “colchão amortecedor” oferecido pela convivência entre iguais, um ‘não sou só eu...’ que possibilitaria ao morador de rua recuperar, até certo ponto, a identidade pessoal e social. No entanto, tendo observado a importância do grupo para a subsistência e o ambiente que fornece para a vida afetiva e para o relacionamento interpessoal dos mendigos, a autora observa que o grupo é “necessário, porém paliativo à família” (Stoffels, 1977).

Os grupos que se constituem nas ruas, considerando-se a preponderância masculina da composição da população de rua, podem ser exclusivos ou mistos. Dentre os mistos (homens e mulheres) nova diferenciação estabelece-se

pela presença ou não de crianças. Já abordamos os grupos familiares assim como a família matrifocal na rua, ainda que esta última tenda a pertencer aos grupos mistos com crianças.

A relativamente menor vulnerabilidade das mulheres – maior proteção familiar, culturalmente mais legitimada a recorrer ao amparo familiar e a possibilidade de emprego doméstico – explicaria sua participação minoritária na população de rua. A presença das mulheres na rua pode estar associada à mendicância, mas, nesse caso não participam dos grupos de moradores de rua como unidade de pertencimento. Seu tempo de permanência na rua é compatibilizado, de alguma forma, com suas atividades domésticas que permanecem como principais referências (Stoffels, 1977).

No interior dos grupos mistos as poucas mulheres, geralmente apenas uma, são compartilhadas. Na rua os papéis femininos parecem ser reduzidos pelo próprio espaço onde são exercidos, e menosprezados pela cultura preponderantemente masculina. A mulher é extremamente discriminada – os homens negam o seu relacionamento com mulheres de rua e as tratam como objeto: são trocadas por cobertores, aguardente e cigarro (Simões Jr., 1992; PUC/RS, 1995). As mulheres que vivem na rua geralmente apresentam problemas mentais e alcoolismo; são muito disputadas pelos homens e procuram ter um companheiro, mesmo que não permanente, que as proteja do assédio dos demais (Sebes, 1992).

O álcool e a mulher são elementos (ambos considerados, da mesma forma, como ‘coisas’) que nos grupos são compartilhados, criam laços, ajudam a formar os grupos: “A pinga serve para encarar a rua. De cara limpa não dá, você fica com vergonha, medo. A pinga é comunitária, ela cria o grupo. E assim como se divide a pinga, se divide a mulher. Ela tem que ser de quatro, cinco homens”.¹⁶⁶

Foi possível observar a presença de vários e variados grupos de moradores de rua ao longo do desenvolvimento da pesquisa, corroborando-se a informação de que na composição dos grupos mistos, a presença de mulheres e crianças sempre foi minoritária. Em alguns grupos foi possível observar a divisão de tarefas por gênero: mulheres e/ou homossexuais desempenham as funções domésticas, homens são provedores (Sebes, 1992). Isso desde que o grupo tenha conseguido uma mínimo de sedentarização e fixação territorial. A permanência num determinado território por um período de tempo confere ao grupo certa estabilidade, ainda que de local e não de sua composição.

A presença de crianças e adolescentes nas ruas chama mais a atenção da mídia que a população de rua adulta. Esta experiência de vida – ser criança e

¹⁶⁶ Depoimento extraído de “Sofredores de Rua: anônimos mas unidos”, *Jornal da Tarde*, 20/04/91. In: Simões Jr., 1992.

viver na rua – também guarda uma diferenciação segundo seu grau de isolamento ou agregação, na formação de grupos apenas de sua idade ou constituídos também por adultos, e segundo a existência de algum vínculo familiar com elementos do grupo, seja entre irmãos seja até a permanência de toda a família na rua. Silva e Milito apontam que agrupar-se é fundamental para a sobrevivência do menino: “aquele menino de rua não está só. E quando, excepcionalmente, está, tem os dias contados (...) como peças soltas da engrenagem tornam-se vulneráveis. É o que aponta a leitura dos inquéritos sobre homicídios dolosos de menores” (Silva & Milito, 1995). Os pesquisadores revelam algumas redes de relações estabelecidas nas ruas e a observação freqüente da presença de familiares perto do menino. A criança parece estar só porque evita-se a contigüidade, a família ou os adultos ficam nos ‘bastidores’ de forma a aumentar a eficácia do pedido das crianças.

Os ‘pais de rua’ podem ser adultos ou pessoas apenas mais velhas,¹⁶⁷ com relações consanguíneas ou não, que protegem, supervisionam, orientam e controlam os menores, num determinado espaço urbano. Mesmo quando não se trata das chamadas ‘mães de rua’ que alugam crianças da periferia para obter rendimentos no Centro e Zona Sul da cidade, são várias as funções desempenhadas pelas crianças nos grupos mistos: sobre elas recai uma grande responsabilidade na obtenção de rendimentos e na sobrevivência cotidiana. São as encarregadas de pedir dinheiro, alimentos, cuidar das crianças menores, fazer pequenas compras, vender coisas diversas nos sinais de trânsito etc.

Nas crianças e adolescentes que moram nas ruas o previsível é o agrupamento, ou seja, a constituição de uma relação mais ou menos orgânica com uma rede de atuação, o que implica certas obrigações, sobretudo, de territorialidade. Algumas vezes, grupos adolescentes formam redes de apoio mútuo e de pares que, sob comando de uma liderança, se apossam de um espaço, como aconteceu, por exemplo, com a Candelária. São adolescentes com referências familiares mas que se organizam fora do controle familiar e fora do controle adulto das ruas, configurando um ‘controle adolescente’ do grupo que disputa as ruas com outros grupos (Silva & Milito, 1995). O agrupamento exclusivo de crianças e adolescentes é minoritário em relação ao conjunto dos grupos de habitantes das ruas. As crianças e adolescentes que vivem em grupos mistos diferenciam-se daqueles que integram um grupo de ‘controle adolescente’, porque nestes últimos observa-se uma relação mais conflituosa e agressiva com os transeuntes em geral e com os grupos de população de rua adulta, principalmente com seus integrantes mais depauperados como idosos e alcoólatras.

¹⁶⁷ Reportagem do *Jornal do Brasil*, de fevereiro de 1995, noticiava a presença de um grupo de crianças e adolescentes, no centro da cidade, composto por cinco meninos e oito meninas, uma delas de 16 anos, grávida, sendo que dois deles eram considerados pai e mãe dos meninos de rua, embora fossem da mesma geração.

A relação de conflito intergeracional nas ruas é configurada, na visão da população adulta, pelos maus tratos que a 'garotada', os 'menor-cheira-cola' infligem aos que estão mais vulneráveis. Renato e seu companheiro, em torno dos vinte anos, revelavam as vantagens de serem jovens: quando passava o ônibus de recolhimento, só 'as coroas' e 'os velhos' eram recolhidos ou 'jogados no valão', indicando sentirem-se seguros pela esperteza e agilidade que a idade lhes conferia.¹⁶⁸ Visto pelo ângulo da criança e do adolescente, é observado um "sentimento de rancor da população adulta em relação aos privilégios do menino, sobretudo os mais imediatos, aqueles que saciam a fome, por exemplo" (Silva & Milito, 1995). Ainda que os conflitos entre gerações na rua possam ser freqüentes, obtive também relatos que indicavam relacionamentos de solidariedade ou de ajuda mútua.

Os agrupamentos não constituem unidades familiares. Aos conflitos naturais não são antepostos laços de sangue e lealdade. Entretanto, os relacionamentos estabelecidos têm como referência a unidade familiar. Nas observações de Silva e Milito, na rua "há uma recomposição da família, ou pelo menos da idéia de família, mediante articulação dos estilhaços" (Silva & Milito, 1995). Parte dessa *bricolage* é a familiarização das relações, entre si e com transeuntes, que pode ser observada nos 'parentescos' criados e, particularmente, na linguagem adotada. Um companheiro eventual pode tornar-se marido, um conhecido há poucos dias é apresentado como irmão e Joyce, quando seu bebê tinha menos de um mês, já havia determinado qual integrante do grupo seria considerado como padrinho.

Tia e tio são os parentescos mais utilizados e também os mais ambíguos, criando uma falsa impressão de intimidade. Rodrigo, de 13 anos, que estava com Solange na 'instalação' da rua Nelson Mandela, em Botafogo, chamava a todos de tio: a própria Solange, os que pareciam ser seus tios de verdade, uma funcionária de uma fundação assistencial privada na praia de Botafogo. 'Tia' podia ser também a professora da escola, e dessa forma eram também chamadas as pessoas que passavam na rua a quem Rodrigo pedia algo ou com quem combinava de tomar conta do carro. Quando Rodrigo diz que vai com a 'tia' – referindo-se a Solange – visitar as crianças que foram recolhidas pelo Juizado de Menores, menciona que um dos meninos o chama de tio, e que vai levar biscoito e R\$ 1 para o garoto.¹⁶⁹ Márcia me chama de 'tia' e depois diz que é maneira de falar, porque sabe que não somos parentes. Apresenta-se como irmã de Vanda, o que não era, como pensei inicialmente, uma forma de qualificar uma relação especial estabelecida na rua, mas apenas uma maneira de falar. Quando voltamos a nos encontrar, Márcia já não era 'irmã' de Vanda.¹⁷⁰ A falsa

¹⁶⁸ Diário de campo, Copacabana, sábado, 22/2/97.

¹⁶⁹ Diário de campo, Botafogo, domingo, 2/3/97.

¹⁷⁰ Diário de campo, Copacabana, sábados, 12 e 19/4/97.

familiaridade do termo *tia* pode ser evidenciada na sua utilização mesmo em momentos dos mais agressivos e violentos, como por exemplo, quando crianças assaltam motoristas: “aí, tia, passa todo o dinheiro, só quero o dinheiro”.

Na rua não é preciso um sobrenome, pai ou mãe, como aponta Alvim. Os muito pequenos são adotados e passam a ter pais e mães de rua. São adotados novos nomes que operam uma demarcação entre o mundo da rua e o mundo da casa. Nomes de batismo na rua fazem parte de uma outra lógica, de um outro sistema de classificação, no qual as qualidades físicas, naturais, muitas vezes repugnantes, como Nojento, Gambazinho, são priorizadas (Alvim, 1995). Mesmo quando não contém referências pejorativas, o nome de rua é adotado preservando a identidade prévia e demarcando uma nova identidade. Cícero tinha isso bem claro: seu nome de rua era Wellington. Cícero estava procurando alguma coisa “pra melhorar”, ao passo que Wellington era mais irresponsável ainda que também tivesse limites. “Eu tô aqui né? (conversando com você, sou um), aí, quando eu encontrar uma ruma de maloqueiro, aí já vai ser outra pessoa diferente”.¹⁷¹ É comum inventarem nomes e por vezes esquecerem com que nome tinham se apresentado nas entidades de ajuda. Alguns faziam questão de me mostrar os documentos para comprovar a veracidade dos seus nomes, mas outros não se reconheciam nos nomes que eles próprios tinham acabado de me dizer.

A característica básica dos agrupamentos que se constituem nas ruas é sua composição fluida e flutuante. A efemeridade e a instabilidade são elementos preponderantes tanto de sua constituição quanto de sua localização no espaço urbano. Magni, em Porto Alegre, observa que a inconstância dos agrupamentos está diretamente relacionada com a intensa mobilidade na vida destes sujeitos (Magni, 1997). Para Martins, a instabilidade dos agrupamentos está relacionada ao tipo de espaço urbano ocupado: enquanto sob viadutos a tendência é a presença de unidades familiares fixas, nas ‘instalações’ em calçadas a população é flutuante, agregando-se temporariamente. Para a autora as condições de extrema precariedade das ‘instalações’ em calçadas, a fragilidade de seu aspecto físico e material também traduz relações sociais frágeis e fluidas (Martins, A. L., 1993).

Entre os fatores que interferem na constituição e estabilidade do grupo encontram-se intrinsecamente associados o tecido relacional interno e o espaço urbano ocupado, sua territorialidade. Os grupos estabelecem um cotidiano em que são compartilhadas estratégias de sobrevivência fisiológica e rendimentos (o produto da esmola, alimentos, informações sobre locais propícios ao pedido, repouso, obtenção de documentos e assistência em geral), por sua vez, condicionadas ao tipo de espaço urbano ocupado. Como ‘elemento-tampão’, os agrupamentos também interferem na sobrevivência afetiva dos moradores de rua. O grupo possibilita

¹⁷¹ Diário de campo, Copacabana, quinta-feira, 17/4/97.

ao mendigo, apesar dos constantes conflitos, um relacionamento com um 'outro' relativamente estável, no qual os próprios componentes conflituais têm alto teor afetivo. Esse 'outro', embora recusado na sua semelhança, é ao mesmo tempo um ser próximo, que não censura a condição do indivíduo e com o qual ele pode estabelecer uma relação de troca (informações, experiências, opiniões, palavras vitais mínimas). (Stoffels, 1977)

É o que estou chamando de 'unidade de pertencimento', que, no caso dos moradores de rua, é socialmente pequena e exclusiva. Não importa quem esteja no grupo, conhecidos, amigos ou desconhecidos; é a igualdade de estatuto — são todos moradores de rua —, com suas trocas materiais, simbólicas e afetivas, que possibilita que qualquer grupo na rua possa vir a ser considerado como seu. Embora essa identificação não signifique uma aceitação incondicional do grupo em relação ao novo integrante que deverá adaptar-se, o que se quer ressaltar é que o indivíduo pode flutuar entre os grupos, participando concreta e diferencialmente em vários deles, sem perder a referência do grupo como uma unidade de pertencimento. E, ainda mais, tendo o efêmero, o volátil, como característica intrínseca dessa unidade de pertencimento.

Na análise do tecido relacional dos grupos de moradores de rua pode-se estabelecer uma diferenciação entre relações nas quais predominavam referências de identidade e solidariedade (afeto, carinho, cuidado, amizade) e aquelas em que preponderavam referências de hostilidade e violência (roubos, agressões, homicídios). Essas relações, lidas separadamente, concretizam-se simultaneamente, estabelecendo que a ambigüidade (a mentira, a dissimulação, a desconfiança) configure a base de qualquer tecido relacional, reforçando a efemeridade e a instabilidade que lhes são características.

O agrupamento, funcionando como viabilizador da sobrevivência afetiva e fisiológica em condições extremamente precárias, tem seu tecido relacional fortemente marcado pela ambigüidade: reconhecimento (identidade) e rejeição; solidariedade e conflitos; cooperação e disputa se apresentam em suas intensidades máximas. O outro morador de rua é seu melhor amigo, que lhe faz companhia, lhe dá informações e com quem divide os ganhos; mas é, também, seu pior inimigo, pois é quem lhe rouba os pertences quando está dormindo, pode agredi-lo por conflitos tolos e provocar seu isolamento.

Nas 'instalações' em calçadas o envolvimento afetivo apresenta um forte conteúdo pragmático, visando a colaborações nas atividades cotidianas. No entanto, o conflito latente é uma ameaça permanente às relações de cooperação. O uso freqüente de bebidas, a não-colaboração nas tarefas, ciúmes por parceiras e parceiros são motivos de muitas brigas e rompimentos. Num gesto extremo a pessoa considerada transgressora — os 'alcoólatras', 'vagabundos' e 'ladrões' — é expulsa pelos demais (Martins, A. L., 1993).

Esse forte coeficiente de ambigüidade que permeia o tecido relacional dos moradores de rua, seria conferido pela “agregação por semelhança”, ou seja, o reconhecimento de uma mesma condição precária os levaria a agrupar-se por necessidade, mas não possibilitaria a criação de vínculos mais estáveis. Assim, é uma coesão limitada e efêmera, relacionada com necessidades básicas para a sobrevivência.

Entretanto, possuem conjuntos de regras e sanções para a repartição dos bens (pinga, cigarro, comida), para a admissão de estranhos e para a regulação das relações que podem ser aplicadas pelos mais estáveis ou por lideranças e chefias (Sebes, 1992). Os estudos indicam o estabelecimento de uma estrutura de autoridade e hierarquia, utilizando-se para tanto desde a força física até o carisma (dom da oratória), passando pelos contatos na sociedade e pelos recursos materiais de que os indivíduos podem lançar mão (Sebes, 1992; SDSAC/DF, 1995). Um exemplo disso é Dedilei, que sabia ler e ‘levava a palavra de Jesus’ para o grupo de moradores de rua a que pertencia, naquele momento composto por dezesseis pessoas. Isso o situava hierarquicamente num patamar de superioridade em relação aos demais.¹⁷² Entre o grupo dos catadores da rua Sorocaba, em Botafogo, a liderança de Chicão era inconteste – pela idade e por ser veterano na rua e no ofício, era a principal referência moral e de comportamento do grupo.¹⁷³ Entre Márcia e Vanda também foi possível observar uma relação de dominação/subordinação: Márcia falava com Vanda gritando e de forma autoritária. Vanda obedecia às ordens de Márcia e calava-se. Márcia tinha um tom impositivo com Vanda, mas quando falava conosco de suas coisas, o tom era mais de lamúria e queixumes.¹⁷⁴

O agrupamento envolve uma estrutura de autoridade e hierarquia que desenvolve, sobre uma base territorial, uma experiência de vida controlada por regras, sanções e proteções. Os valores e regras morais e de comportamento podem ser tão severos e rigorosos que o seu desacato pode ser punido inclusive com a morte (Lima, 1994). A severidade das sanções foi observada também nas normas de conduta estabelecidas em grupos de crianças e adolescentes (Silva & Milito, 1995). Severidade que deve considerar a banalização e naturalização da violência como mediadora das relações sociais e os limiares de sobrevivência a que estão submetidos. Além das normas e códigos de comportamento os agrupamentos caracterizam-se também pela linguagem, ora criando novas palavras, ora atribuindo novos significados, num vocabulário que lhes é próprio e que deve ser interpretada pelo pesquisador, o ‘meninês’ ou o ‘ruês’.

¹⁷² Diário de campo, Comunidade Evangélica de Jesus, quinta-feira, 16/11/95.

¹⁷³ Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 3/3/97.

¹⁷⁴ Diário de campo, Copacabana, sábado, 12/4/97.

No interior desse tecido relacional ambíguo e polifacético emergem as diversas manifestações. Foi comum presenciar cenas de afeto, carinho e zelo entre integrantes dos grupos. Relações amorosas de cuidados são geralmente observadas da parte das mulheres em relação aos homens. Com ou sem expectativa de retribuição, a mulher, dessa forma, encontra um referencial, um papel, um lugar propriamente seu que é o de cuidar do companheiro. Gestos de solidariedade no interior dos grupos são também observados na repartição da ajuda recebida entre os companheiros. Compartilhar comida, bebida e roupas podem ser analisados como gestos de solidariedade, ainda que tenham de ser levados em consideração tanto a grande oferta existente de doações de alimentos, quanto no caso das roupas, o fato desta ser considerada como descartável. Assim, há uma redistribuição da doação recebida entre eles, que passam adiante o que não gostam ou não lhes serve, desse modo diminuindo o volume e o peso do que estão carregando consigo.

A rede de informações existente entre os moradores de rua é extensa e ágil. Luiz Augusto, que estava dormindo em Botafogo, soube, através de companheiros de rua, da 'Catedral', para onde se mudou e onde sente-se melhor em termos de segurança e alimentação.¹⁷⁵ Miguel, depois que foi roubado, dirigiu-se para o Aterro do Flamengo, onde conheceu "uns caras bem legal" que lhe ensinaram os locais onde distribuía comida. Foi também através de um 'conhecido de rua' que aprendeu a 'garimpar' o lixo.¹⁷⁶ Cícero também, quando 'caiu na rua', aprendeu com os outros 'maloqueiros' a conseguir dinheiro e sobre os locais de distribuição de comida: "eu fui conhecendo várias pessoas, tá entendendo? Aí eu fui descobrindo tudo".¹⁷⁷

Na pesquisa realizada em Brasília, a amizade é caracterizada como um dos elos principais que envolve as relações na rua (SDSAC/DF, 1995). Deve-se considerar a contraface sempre presente de conflitos e hostilidade e também diferenciar amizade de companhia. Embora os moradores de rua apresentem seus conhecidos como amigos, pude constatar que o vínculo tendia a desaparecer em poucos dias. Nesse processo, as entidades de ajuda constituem intermediações de companhias, já que os contatos, encontros e amizades são feitos nesses locais. Em quase todas as ocasiões em que encontrei Luiz Augusto, ele estava acompanhado por outro morador de rua, mas teve vários companheiros de andança ao longo de um mês.

Cícero me declarou ser muito difícil fazer amizade na rua, porque não se pode confiar nas pessoas:

¹⁷⁵ Diário de campo, Botafogo, quinta-feira, 3/4/97.

¹⁷⁶ Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 9/4/97.

¹⁷⁷ Diário de campo, Copacabana, quinta-feira, 17/4/97.

*porque você nunca conhece ninguém na rua, a pessoa pode estar com você mas de repente pode lhe roubar, pode lhe matar, ainda mais a pessoa com dinheiro, com rádio, com qualquer coisa de valor, pode até lhe matar para roubar.*¹⁷⁸

Miguel também declarava ser muito difícil fazer amizade na rua: “olha, de duzentos tira quantos? Uns dez e olha lá, né?”. Para caracterizar sua amizade com Cícero, a quem só chamava por seu nome de rua, Wellington, dizia que nele podia confiar, deixando a sua mochila para que tomasse conta: “eu posso ficar sossegado porque eu conheço ele, agora, vai deixar tua mochila com outro por aí que tu conheceu agora, deu meia-volta, tu não tem mais nada... é fogo, na rua é fogo, maluco.”¹⁷⁹ Ambos conheciam-se há dois anos, mas andavam juntos há menos tempo. Uma semana depois do depoimento anterior, Miguel tinha rompido com Cícero, alegando que ele era “falso”.¹⁸⁰

Afirmar que a ambigüidade é a base do tecido relacional que agrupa e envolve os moradores de rua, reforçando as características de instabilidade e do efêmero da unidade de pertencimento. A ambigüidade é a característica do malandro que não se contrapõe à ordem que lhe é adversa e aprende a viver nos seus interstícios. A mentira, a simulação, a desconfiança permanentes são elementos de uma ‘cultura da dissimulação’, que lhe permite dar conta de um conteúdo pragmático de sobrevivência e de uma intensa carga emocional.

Silva e Milito a denominam “cultura da evasiva”, que se constrói na interação com a “cultura da evitação”. Chamam de (sub)cultura da evitação essa disposição genérica, não quantificada, ou mesmo quantificável, a mentalidade, o estilo de vida, o comportamento que se retrai e que quer evitar qualquer relacionamento com a diferença nas ruas do Rio de Janeiro, que quer evitar tudo que possa soar como ameaçador. É o terreno onde floresce o discurso da repressão violenta e a predisposição ao linchamento que circunda, além das elites, inúmeros segmentos de habitantes de favelas e subúrbios distantes, compostos de trabalhadores. Por outro lado, afirmam os autores, esses personagens marginalizados, subalternos, lúmpens, estão permanentemente a negacear, a se contradizer, a modular seu comportamento num sentido tático para auferir vantagens contingentes. É o que os pesquisadores chamam, por seu turno de “cultura da evasiva”, uma interação sempre a permitir o desmentido, a produzir múltiplos significados. “Esse o nosso diálogo: entre o que evita e o que nunca é conclusivo, entre o paranóico e o fantasma. Ora, não há nada que alimenta mais uma paranóia do que um bom fantasma” (Silva & Milito, 1995).

¹⁷⁸ Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

¹⁷⁹ Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

¹⁸⁰ Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 21/4/97.

Mentir faz parte dos códigos, é aceito como mecanismo de proteção e o mentiroso sequer se importa em ser desmentido. A mentira se associa à verdade, a ambigüidade da companhia acompanha a amizade, a desconfiança é permanente: “na rua não se pode confiar em ninguém”, é uma frase repetida. A insegurança é grande nas ruas. O sono não é reparador para os seus moradores. É necessário agregar-se, fazer vigília, procurar um lugar mais iluminado, para poder dormir. Encontrar um abrigo contra a chuva e o frio mas também seguro contra as violências institucionais (órgãos públicos de assistência social, polícia, fiscais municipais de habitação) e contra roubos e agressões entre os moradores de rua. Os relatos de roubos são extremamente freqüentes e acabam por configurar um cotidiano tão natural que um morador de rua conta ao outro que tinha intenção de roubá-lo. Diante disso os mais cautelosos deixavam seus documentos guardados nas instituições ou com conhecidos.

Nas ruas os conflitos entre moradores, pequenos ou grandes, são resolvidos através dos recursos disponíveis: ameaças verbais, agressões físicas ou mortes – com pedras, paralelepípedos, facas e fogo.¹⁸¹ Nas ruas a violência se manifesta como mediadora das relações sociais e os instrumentos da violência são extremamente primitivos, a indicar um componente da barbárie. Cícero me diz que a violência na rua é

*uma violência sem sentido, sabia?, eu acho que não tem sentido, por qualquer coisa eles matam outra pessoa, por cachaça, por qualquer besteira, um matou o outro somente por causa de um saco de latinha que o outro pegou... tem pessoas muito revoltadas, muito revoltadas.*¹⁸²

Em 20 de abril de 1997 o assassinato do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, 44 anos, causou comoção nacional. Numa noite brasiliense, cinco adolescentes, alegando terem pensado que se tratava de um mendigo, atearam-lhe fogo enquanto dormia sob uma marquise de ônibus. O homicídio desencadeou um debate nacional sobre o assunto e ocupou as manchetes dos jornais por uma semana. Durante pouco menos de dois meses as mortes nas ruas foram acompanhadas pela imprensa. A partir de então voltaram a cair no mesmo esquecimento em que estavam antes da morte do índio pataxó. No entanto, um hospital de referência para tratamento de queimados em São Paulo registrava a morte de um mendigo por mês!¹⁸³

Violências físicas, homicídios e extermínios de moradores de rua (crianças, adolescentes e adultos) foram freqüentes ao longo do período da pesquisa, estabelecendo uma rotina social surda e crônica de se ‘desfazer do incômodo’,

¹⁸¹ Durante o trabalho de campo presenciei a resolução de um conflito a facadas na praça Serzedelo Corrêa. Diário de campo, Copacabana, terça-feira, 4/3/97.

¹⁸² Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

¹⁸³ *Jornal do Brasil*, 27/abr./97.

com momentos de ápice, como no massacre da Candelária, em julho de 1993. Apenas no assassinato do índio pataxó os agressores foram identificados como integrantes de classe média. Nos demais episódios ou a autoria era desconhecida ou era atribuída a outros moradores de rua, sobressaindo-se a acusação de meninos de rua. Os motivos variaram de disputa do 'ponto', tentativas de roubo, conflitos anteriores, "intenção de zoarem e para ganhar notoriedade"¹⁸⁴ e até motivo algum, maldade pura – "esse moleque é o cão".¹⁸⁵ Em algumas matérias as declarações indicaram possibilidades de acidentes com pessoas que estariam bêbadas ou drogadas adormecendo com um cigarro aceso ou perto do fogo em noites frias.

A partir de julho o assunto desapareceu dos jornais mas, evidentemente, não do cotidiano dos moradores de rua. Não importa quais sejam as armas do homicídio – a miséria, fome, frio, pedras, pedaços de pau, barras de ferro, fogo, facas ou tiros. A autoria é, em geral, desconhecida e os inquéritos policiais, quando são abertos, vão parar no fundo da gaveta. A violência final vem ainda após a morte: é enterrado como indigente, perdendo tudo, até o nome e a identidade. "O anonimato das mortes é uma forma de violência. É o que eu chamo de violência branca".¹⁸⁶

No entanto, com toda essa ambigüidade e desconfiança permanente, é no grupo que o indivíduo consegue estabelecer, novamente, uma sociabilidade positiva e recuperar sua identidade. Entre iguais de condição, seus dons sobressaem, aparecem talentos, surge a admiração e o morador de rua pode voltar a ser não apenas humano, como um humano com qualidades. "Na rua ele vai encontrar grupos onde seus valores aparecem. E isso acaba sendo reconhecido pelo grupo. Começa a criar uma identidade, mas não uma identidade só de nome, mas uma identidade baseada nos talentos" (Muñoz, apud Simões Jr., 1992).

No processo de constituição de uma identidade positiva ocorre a necessária diferenciação, a distinção com os 'outros', que estariam em situação mais degradada, que são os que bebem ou se drogam, que são ladrões etc. Aparece no interior da população de rua um vocabulário altamente discriminatório que constrói uma tipologia negativa de sua própria unidade de pertencimento.

No conjunto da população de rua a diferenciação mais importante e reiteradamente assinalada – pelas instituições, entrevistados e pelos próprios moradores das ruas – é entre ser ou não ser mendigo. O não ser mendigo tem vários significados, mas a primeira demarcação é essa. Para a Secretária de Trabalho e Ação Social mendigos são "pessoas degradadas moral e econômica-

¹⁸⁴ Declarações do delegado de Itaguaí, que considerou que "publicidade em demasia nesses casos atrapalha". *Jornal do Brasil*, 21/jun./97.

¹⁸⁵ Segundo testemunha do assassinato de Carioquinha. *Jornal do Brasil*, 21/jun./97.

¹⁸⁶ Entrevista com Cristina Sá, *Jornal do Brasil*, 23/abr./95.

mente que precisam ser recolhidas, pois não têm como se manter, diferentemente dos trabalhadores de rua”.¹⁸⁷ Segundo a SMDS/RJ “o verdadeiro mendigo é aquele que está doente e não tem como sobreviver, vai sem problema para a Fazenda Modelo”.¹⁸⁸ A Fundação Leão XIII aparece com critérios de definição por exclusão:

quem estiver dormindo na rua e não for boêmio, peão de obra, desempregado, camelô, catador de papel, artesão, carregador, lavador ou guardador de carro, é identificado como ‘mendigo profissional’ e pode ser recolhido a um dos abrigos da fundação.¹⁸⁹

O termo *mendigo* foi abolido do vocabulário das pessoas e entidades que prestam assistência aos que vivem nas ruas. As qualificações dos ‘impertinentes ocupantes dos espaços públicos’ dos anos 80 foram construídas em contraposição aos atributos imputados aos (verdadeiros, tradicionais) mendigos. Mas evitar essa nomeação não pode obscurecer que a prática de sobrevivência – a “nova face da mendicância (sobrevivência mediante a ajuda publicizada)” – é composta da realização de pequenos trabalhos entremeadas com o pedido (Neves, 1995a).

O termo politicamente correto em uso é *morador de rua*, e entidades ligadas à Igreja preferem *sofredor de rua*.¹⁹⁰ Ainda no vocabulário da exclusão há uma distinção entre *morador de rua* e *sem-teto*, já que este último termo, tradução literal do *homeless*, aplicar-se-ia a situações mais abrangentes e melhor posicionadas na escala da degradação da vida humana, como desabrigados de enchentes ou outras calamidades públicas.

Os próprios moradores de rua procuram distinguir-se ‘deles’, dos mendigos. “O que me dá mais medo é ficar como eles”.¹⁹¹ Mendigo seria aquele que sobrevive pedindo esmola, o que não toma banho, não escova os dentes; é o ponto final da degradação humana. Os moradores de rua se chamam de ‘maloqueiros’: “a gente não é mendigo. Somos trabalhadores, só não temos teto para morar”.¹⁹² Mas essa diferenciação – tão importante para as instituições, observadores e vivenciadores da situação de rua – não é necessariamente visível, o que estabelece uma homogeneidade entre os habitantes das ruas.

¹⁸⁷ Solange Amaral; *Jornal do Brasil*, 2/dez./90.

¹⁸⁸ Laura Carneiro; *O Dia*, 29/mai./93..

¹⁸⁹ Major PM Heleno Barbosa; *Jornal do Brasil*, 27/mai./92.

¹⁹⁰ *Folha de S. Paulo*, 4/jun./92.

¹⁹¹ *Estado de S. Paulo*, 29-30/mar./92, série de reportagens, Marco Emilio Gomes.

¹⁹² Homem de 29 anos, mora há seis meses com a mulher num barraco de tábuas embaixo do viaduto São Sebastião no Santo Cristo. *Jornal do Brasil*, 2/dez./90.

Chicão fala de si e do grupo de catadores ora como “maloqueiros”, ora como “mindingos”, ora como “esmoléu” ora como “andarilho”.¹⁹³ Mas alguns devem ser mais “mindingos”, pois Chicão diz que Manuel é “mindingo”, pois nem a barba quer tirar, não toma banho e anda muito sujo, enquanto Chicão e André andam limpos e arrumados. Em outro dia Chicão diz que eles, catadores, não são ‘esmoleiros’, eles trabalham. Esmoleiros são as mulheres e as crianças que ficam pedindo nos sinais da rua São João Batista.

Nos depoimentos fica manifesto o movimento de distinguir-se e afastar-se da imagem que a sociedade tem do homem da rua: sujo, fedido, bêbado e mendigo. Não negam que esse tipo de pessoa existe – e muito – nas ruas, mas não é ele, é o outro que anda em grupo, se mistura, bebe, tem vícios, o outro a reunir todos os ‘males’. Nas falas aparecem diferenciações que são feitas tendo por base oposições negativas e preconceituosas: o ‘negão’, que mete medo à meia-noite; o ‘maluco’, que ‘não está bom das idéias’, que só de olhar dá pra ver que ele é ‘doido’; os homossexuais (‘boiolas’), os ‘mendigos pés-de-cachorro’, que estão muito degradados física e mentalmente e vivem só de pedir; ‘esse pessoal’ (que está na mesma praça tomando igualmente a sopa) ‘que se mistura e tem vícios – bebe, fuma’. André, catador da rua Sorocaba, faz a distinção entre os moradores de rua que trabalham e os que brigam e matam, os “ladrões que não querem trabalhar, vêem alguma coisa que o outro tem e querem pegar, mas isso é no Rio todo”.¹⁹⁴

Nos depoimentos surgiram diferenciações relativas àqueles considerados como necessitados pelos moradores de rua, os que estariam numa situação de vida pior que a sua e mereciam ser ajudados. Dalton, catador, quando quer dar exemplos sobre necessitados menciona “a velhinha que na favela vive das migalhas dos outros”.¹⁹⁵ Chicão diz que os necessitados são os prisioneiros em delegacias e presídios. E Miguel faz referência aos meninos de rua.¹⁹⁶ Nenhum deles faz referência a si próprios, adultos de rua, como necessitados.

Luiz Augusto me disse que nas ruas existiam dois grupos – o dos “sem chance” que “pelo comportamento, pelo estado, a família nem quer saber”, e o outro grupo, que seria o dele, o dos “com chance”.¹⁹⁷

Miguel tinha uma visão extremamente depreciativa sobre os seus ‘companheiros de vida’: não querem trabalhar e por isso se encontram no estado que estão. Além disso, são extremamente passivos e vivem de ‘achacar’ (uma forma de pedir ou até extorquir dinheiro). “Esse tipo de pessoa toma o café, pronto, é

¹⁹³ Diário de campo, Botafogo, terça-feira, 4/3/97.

¹⁹⁴ Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 3/3/97.

¹⁹⁵ Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 5/3/97.

¹⁹⁶ Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 9/4/97.

¹⁹⁷ Diário de campo, Botafogo, quinta-feira, 3/4/97.

que nem um bicho, encheu a barriga, tá ótimo, são uns acomodados da vida”.¹⁹⁸ Miguel diz que o que mais há na rua é “ladrão, viciado, michê”.¹⁹⁹ Segundo ele, dentre os que vivem na rua há gente que inventa doença, os cafetões, os que “botam a mulher e as crianças pra pedir e são os que mais ganham; tem muita gente que mora no morro e desce pra rua pra arrumar dinheiro, depois vai embora, tem gente que rouba”.²⁰⁰ Cícero elabora uma tipologia topográfica da população de rua:

*as pessoas que mora no centro da cidade são mais marginalizados (roubam, cometem crimes), os que moram aqui em Botafogo são mais acomodados (porque em Botafogo há muita distribuição de comida). Já a gente que estiver assim pra Ipanema, Zona Sul, é outro tipo, cata papelão, cata jornal, cata latinha, vende coisas usadas na rua, porque lá já é lugar que não dá comida, tá entendendo?*²⁰¹

Miguel e Cícero fazem uma estatística: das pessoas que vivem nas ruas, 80% são homens, dos quais 60% são homossexuais. Miguel diz que não são exclusivamente homossexuais, são bissexuais. Eles apontam a carência afetiva que sentem na rua e uma convivência quase que exclusivamente masculina como motivos para a opção sexual na rua e, também, o dinheiro, já que se “pára um carro para fazer um programa, oferece dinheiro, ninguém vai recusar, né?”.²⁰²

ISOLAMENTO E SOLIDÃO

O isolamento e a solidão não emergem como uma contraposição aos agrupamentos. Estão presentes mesmo no interior dos grupos, na medida em que o vínculo estabelecido não promove uma inserção social e sim, apenas, um elo pragmático com uma unidade de pertencimento efêmera e fugaz. Além disso o isolamento físico, o ‘bloco do eu sozinho’, prevalece entre os moradores de rua como recurso para amenizar conflitos e como estratégia para diminuir a visibilidade e, portanto, a repressão.

O distanciamento da unidade familiar e o rompimento de laços e referenciais que o vinculavam à sua comunidade conduzem a uma experiência de isolamento que não pode ser negligenciada na discussão da identidade do morador de rua. Observado com particular frequência no caso de deficientes físicos e/ou mentais, o isolamento é uma característica geral da

¹⁹⁸ Diário de campo, Copacabana, quarta-feira, 9/4/97.

¹⁹⁹ Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 2/4/97.

²⁰⁰ Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

²⁰¹ Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

²⁰² Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 16/4/97.

população que habita nas ruas, conferindo-lhes o significado existencial de não ter um lugar no mundo.

Arendt distingue isolamento de solidão.²⁰³ No isolamento a característica é a impotência, a incapacidade de agir. É uma categoria da esfera política: não posso agir porque não há ninguém para agir comigo. A força, no entender da autora, surge quando os homens trabalham em conjunto: os homens isolados são impotentes por definição.²⁰⁴ O isolamento e a impotência surgem, por exemplo, nas tiranias em que ocorre a destruição da esfera pública e a esfera privada permanece intacta. Nesse caso, há isolamento sem que sejam interrompidos todos os contatos entre os homens.

O isolamento torna-se insuportável quando o homem isolado não é 'de interesse de ninguém'. É aí que o isolamento se torna solidão. A solidão ocorre na esfera dos contatos sociais, refere-se à vida humana como um todo: uma pessoa pode sentir-se completamente abandonada por toda companhia humana (nesse caso estará solitária, e não apenas isolada). A solidão, inclusive, manifesta-se mais nitidamente quando se está na companhia de outras pessoas. É a experiência de não se pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter (Arendt, 1989).

A condição de isolamento pode significar tanto não ter qualquer lugar que possa ser chamado de seu quanto ter um lugar que é apenas só seu. Não ter um lugar no mundo caracteriza a solidão da condição de exclusão social. A constituição de grupos não interrompe uma trajetória de isolamento e solidão, a menos que se consiga uma organização, uma vinculação a uma unidade de pertencimento e o estabelecimento de referências identitárias. Mesmo que estas referências sejam as identidades efêmeras e transversais (policulturais) que integram os indivíduos nas "tribos", mosaicos e constelações da pós-modernidade. A justaposição de indivíduos isolados, a constituição de agrupamentos, não constitui um anteparo ao processo de exclusão social, na medida em que a sobrevivência de cada um não chega a constituir-se em interesse do outro.

Essa experiência de isolamento e solidão é apontada por alguns autores como explicação para o alcoolismo, tão generalizado na população de rua a ponto de constituir-se em elemento intrínseco de seu perfil. O álcool constitui-

²⁰³ Isolamento e solidão integram o mesmo processo de constituição de um "solo pré-totalitário" no interior da sociedade de massa. O termo *massa* só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente, devido ao seu número ou à sua indiferença, ou à mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato dos trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder do voto (Arendt, 1989).

²⁰⁴ Arendt faz a distinção entre poder e força. Poder é a capacidade humana de agir em comum acordo enquanto força é a energia liberada por movimentos físicos ou sociais (Arendt, Hannah. Da violência. In: *Crises da república*. São Paulo, Perspectiva, 1973, p. 91-169).

ria o mediador privilegiado na relação com o mundo da rua; a inseparável garrafa de pinga possibilitaria ao morador de rua enfrentar sua dupla solidão: em relação ao seu passado e em relação ao seu grupo social. Pareceria ter a capacidade de tornar integrado dentro de si o que se apresenta tão fragmentado (Sebes, 1992). A bebida é indispensável para todas as horas – mais que a comida; é o aliado que o homem da rua possui para enfrentar a violência, o frio, o cansaço pelas poucas horas dormidas, a debilidade advinda com a doença e, principalmente, a solidão (Simões Jr., 1992).

A análise da prevalência de alcoolismo na população de rua deve levar em consideração elementos anteriores e posteriores a sua moradia na rua. O alcoolismo constitui motivo de conflitos e rejeição no grupo familiar, de dificuldades na obtenção e manutenção de empregos, e um forte obstáculo para a economia de dinheiro.²⁰⁵ Na rua é um instrumento de sociabilidade, elemento de criação pontual de grupos, objeto de solidariedade mas também de disputa e conflitos. É, em qualquer circunstância, um grande anestésico frente a situações adversas e problemáticas. Na rua é uma forma de enfrentar o medo, o frio, a vergonha e o desespero. É uma forma deliberada de não pensar e de diminuir a intensidade do sentir.

O álcool possibilita desligar-se do mundo real e mergulhar em outro plano da realidade, tornando suportável o cotidiano. Atenua (provisoriamente) as condições de vida, mas é responsável pelo alheamento (Sebes, 1992). Considerando-se que a desvinculação no eixo sociofamiliar é um processo de fragilização que pode converter-se em isolamento e vazio social, o álcool é uma forma possível de preencher esse vazio ou, melhor, uma maneira de sequer senti-lo.

O isolamento social não é rompido pela atuação das instituições assistenciais. As entidades estabelecem mediações e criam dependências, porém o vínculo, quando estabelecido, assenta-se na tutela do necessitado, na homogeneização da carência, na desindividualização ou despersonalização do assistido. Essas instituições não estimulam o desenvolvimento de identidades autônomas, não criam unidades de pertencimento que se contraponham ao isolamento social previamente instaurado na existência individual e podem, por vezes, acentuá-lo.

O isolamento, qualquer que seja a idade ou motivo, representa sempre um empobrecimento dos suportes relacionais. É a experiência de uma 'liberdade negativa' constituída pela ausência de toda participação numa sociabilidade reconhecida (Castel, 1995). Mas, como ocorre com qualquer desviante, o mora-

²⁰⁵ Não se pode negligenciar a grande incidência de alcoolismo entre trabalhadores pobres abrigados. Por ser o álcool uma droga socialmente aceita e extremamente barata (a garrafa de cachaça custa cerca de um real) o alcoolismo é uma das mais frequentes enfermidades compulsivas. Entre os operários da construção civil, como observa Sousa, o 'trago' está institucionalizado como um 'combustível', como estimulante, para 'animar o serviço'. A pinga faz parte da cultura da obra, o problema é a transformação do hábito cotidiano em vício (Sousa, 1994).

dor de rua é caracterizado por sua 'etiqueta' e o estereótipo prevalece na análise de suas ações. A fantasia estereotipada de sua pessoa acaba por excluí-la do convívio social (como na situação do criminoso); caso esse processo seja bem concluído, cria-se uma organização e uma cultura que dão suporte e, por sua vez, barram as saídas dessa nova identidade (Zaluar, 1994c).

No Brasil o isolamento adquire um significado especial, mesmo quando não se trata de moradores de rua. Numa sociabilidade fortemente marcada pelo domínio da casa, em que prevalecem as relações pessoais, os laços de amizade, lealdade e compadrio, o isolamento e a individualização somente devem ocorrer quando não existe nenhuma possibilidade de definir alguém socialmente por meio de sua relação com alguma coisa, seja pessoa, instituição ou até mesmo localidade, objeto ou profissão. "Entre nós a família é o recurso essencial para definir a própria pessoa, o próprio ser humano" (Da Matta, 1990, 1991).

Assim, no caso dos moradores de rua, os processos de vulnerabilização dos vínculos familiares, o afastamento dos contatos, o isolamento social e a solidão acabam por expulsar o indivíduo da própria idéia da humanidade. Nesse caso "vivem e morrem sem deixar vestígio algum" e "passam a pertencer à raça humana da mesma forma como animais pertencem a uma dada espécie de animais" (Arendt, 1989).